

Debate Sindical

Ano 11 - Nº 26 - outubro / novembro / dezembro 1997 - R\$ 7,50



O significado
da revolução
russa de 1917

João Amazonas

A reforma agrária e o
projeto de desenvolvimento

Plínio de Arruda Sampaio

A guerra de Canudos e a
luta contra a escravidão

Clovis Moura

A estrutura sindical e a
questão da estratégia

João Guilherme Vargas Neto

ÍNDICE

- 3** Apresentação
- 4** Fernando Henrique entre o real e o imaginário
(*José Carlos Ruy*)
- 7** 6º Concut reforça a oposição ao neoliberalismo
(*João Batista Lemos*)
- 11** A polêmica sobre a estrutura sindical brasileira
(*João Guilherme Vargas Netto*)
- 15** Reforma agrária e desenvolvimento nacional
(*Plínio de Arruda Sampaio*)
- 20** Automação e a nova classe trabalhadora
(*Manini Chateerjee*)
- 25** Os efeitos da produção flexível nas empresas
(*Geordy Souza Pereira*)
- 29** Educação em tempos de "Qualidade Total"
(*Emílio Gennari*)
- 34** Significado da revolução socialista de 1917
(*João Amazonas*)
- 41** A guerra de Canudos e a luta contra a escravidão
(*Clóvis Moura*)
- 47** Os operários paulistas no início deste século
(*Paula Beiguelman*)
- 53** Homenagem ao revolucionário Che Guevara
(*José Ramon Balaguer Cabrera*)
- 55** Resenhas de livros
- Dilemas da atualidade - por *Altamiro Borges*
 - O horror econômico - por *Carlos Heitor Cony*
 - Neoliberalismo e reestruturação produtiva - por *Oswaldo Bertolino*
- 58** Cartas dos leitores

EXPEDIENTE

A revista **Debate Sindical** é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais (CES).

Sede: Rua Monsenhor Passalácqua, nº 158, Bela Vista, São Paulo - SP, CEP 01323-010

Fone/fax: (011) 289-1496

Conselho de Redação

Altamiro Borges
Augusto Buonicore
Guiomar Prates
João Batista Lemos
José Carlos Ruy
Umberto Martins

Conselho Editorial

Armando Boito
César Benjamim
Clóvis Moura
Décio Saes
Edgard Carone
Emir Sader
Francisco J.S. Teixeira
João Pedro Stédile
Luís Fernandes
Luís Antonio Paulino
Lucília Machado
Marcos Gomes
Nilton Vasconcelos
Paulo Schilling
Ricardo Antunes

Abigail Pereira
Augusto Petta
Edson Pimenta
Gilda Almeida de Souza
Gilson Luís Reis
Gregório Poço
José Alvaro Gomes
José Carlos Schultz
Luiz Raimundo Gavazza
Mônica Custódio
Nivaldo Santana
Raquel Guisoni
Sérgio Barroso
Vianeí Martins
Wagner Gomes

Revisão

Josenildo Marques

Capa

Big Nel

Diagramação

Sandra Luiz Alves (fone: 289-9574)

Impressão e acabamento

Gráfica Brasileira

Observação

Os artigos assinados não refletem obrigatoriamente a opinião da coordenação nacional do Centro de Estudos Sindicais (CES)

Companheiro(a) sindicalista

A agenda nacional passa a ser ocupada cada vez mais pelo tema da sucessão presidencial. Com o golpe da reeleição e a aprovação da lei eleitoral, FHC arma seus esquemas ilícitos para manter-se no poder e prosseguir na implantação do receituário neoliberal de desmonte da nação, de retrocesso nos direitos dos trabalhadores e de restrição à democracia. Diante dessa onda, o sindicalismo também precisa incluir na sua agenda, com urgência, a decisiva questão das eleições de 1998.

Apesar das aparências, o jogo não está decidido. No campo econômico, acumulam-se os desgastes do plano de estabilização conservadora de FHC. Alguns economistas inclusive prevêem para breve um colapso nas contas do governo; falam até que o Brasil é a bola da vez de uma provável crise financeira. Além disso, o desemprego atinge índices explosivos. Já no terreno político, o esquema de alianças fisiológicas do Planalto sofre fraturas. Alguns tucanos ameaçam voar para longe de FHC!

Num cenário tão complexo e delicado, a oposição popular e democrática não pode ficar como mera espectadora aguardando um colapso na economia ou mesmo as fraturas no campo adversário. É preciso ir ao ataque, mesmo num quadro de defensiva. Duas questões colocam-se na ordem do dia. A primeira é a necessidade de intensificar a luta direta das massas, a resistência ativa. Nesse rumo, o 6º Congresso Nacional da CUT, no final de agosto, aprovou um plano de lutas, contra o neoliberalismo, avançado e unitário, que fortalece a oposição popular e democrática.

Motivos para lutar não faltam! Como afirma o boletim do *Diap*, "passada a fase de turbulência, motivada pelo troca-troca de partidos, o governo fará uma investida final para concluir a votação, ainda este ano, das reformas administrativa e previdenciária". No caso da previdência, o projeto já aprovado pelo Senado, agora em pauta na Câmara, retira direitos históricos dos trabalhadores, como a aposentadoria por tempo de serviço, e estimula a gula da iniciativa privada. E um dos projetos mais impopulares de FHC. Tanto que a CUT já fala numa nova greve geral em novembro.

O segundo desafio é o da união de todos os setores contrários ao neoliberal FHC. A constituição de uma ampla frente popular e democrática, tendo como núcleo central as forças de esquerda, é vital para despertar as esperanças do sofrido povo brasileiro e para estimular a luta dos trabalhadores. Neste esforço, o sindicalismo tem um grande papel a desempenhar. Nenhum setor isoladamente tem como se contrapor à política de terra arrasada do neoliberalismo. Daí a importância da ação unitária, a começar na própria CUT, na construção de um projeto alternativo a FHC em 98.

Fernando Henrique: entre o real e o imaginário

José Carlos Ruy *

É difícil saber onde vive o cidadão Fernando Henrique Cardoso - se no mundo do professor ou do presidente da República. O mundo róseo do professor é exibido na longa entrevista à revista *Veja* (10/9/1997), na qual o presidente pontifica sobre as modernas formas de mudança social sem ruptura, e fala numa democracia radical cujas marcas seriam a negociação e o diálogo. Já o mundo do presidente é mais duro. Mais bedel do que professor, aparece ali um zeloso vigia do cumprimento das leis, mesmo aquelas que são a guarda das injustiças e o freio das mudanças.

Para ele, a democracia radical, nesse mundo, é o "estado de direito", em nome do qual o inquilino do Palácio do Planalto distribui pitos aos que ousam exigir mudanças. O espaço para a negociação e o diálogo é restrito ao supersticioso "respeito à autoridade" tradicional das elites brasileiras, levado ao paroxismo sob a ditadura militar de 1964, e do qual o democrata radical FHC não foge.

Esse exercício já foi visto durante a greve dos petroleiros, em maio de 1995, quando o presidente anunciou não negociar sob pressão. Foi repetido nas várias bravatas contra o MST, que chegou à deselegância de manifestar desagrado pela concessão de um prêmio ao movimento por uma entidade ligada à família real da Bélgica. E, agora mesmo, ao lançar uma campanha nacional de desarmamento no campo, o presidente volta-se contra a população que luta por melhores condições de vida e diz que "não podemos consentir que haja um estado de desagregação na sociedade

que comece pelo desrespeito às leis".

Calando-se sobre a violência de fazendeiros e empresários rurais que armam jagunços e milícias contra trabalhadores rurais, o presidente dirige sua ira contra o que chamou de invasões descabidas da propriedade, mormente da propriedade rural, tratando a questão social como caso de tribunal - uma variação do que faziam os mandatários do começo do século, que tratavam a questão social como caso de polícia.

A entrevista a *Veja* parece mais uma peça de campanha onde o candidato anuncia intenções e faz o balanço daquilo que já fez. Um balanço arditoso, particularmente para quem vive de seu próprio trabalho. A avaliação feita pelo presidente esconde, com palavras bem escolhidas e referências a "dados" que "mostram" isso ou aquilo, a realidade contraditória e desfavorável aos trabalhadores que seus próprios ministros já começam a detectar.

No mundo róseo de FHC, o desemprego não cresce e é só uma bandeira da oposição

No mundo róseo do presidente, “o desemprego não tem crescido” – certeza desmentida pelas estatísticas que mostram, no mundo real, uma eliminação persistente de empregos na indústria e uma taxa de desemprego que não pára de aumentar. Os dados são do IBGE: desde o início do Plano Real, 16% dos postos de trabalho da indústria foram eliminados; isso fez com que, apesar de um crescimento de 13% no salário médio, a massa total de salários paga pela indústria tenha caído 4% (O Globo, 23/8/1997). A taxa geral de desemprego passou de 5,4% em junho de 1994 para 6,1% em junho de 1997, “com tendência de alta”, segundo a economista Shyrlene Ramos, uma das responsáveis pela pesquisa de desemprego no IBGE (Gazeta Mercantil, 31/7/1997).

Com uma renda per capita por volta de 5.000 dólares, “não há razão para tanta miséria” no Brasil, diz o presidente – para, depois de criticar aqueles que brandem “a bandeira da miséria”, dizer apenas que é preciso circunscrever o problema para poder resolvê-lo. Ora, se há um problema já virado do avesso de tanto estudo e análise, é a miséria brasileira. E ela não está circunscrita, mas nos rodeia em todos os lugares (exceto, é claro, nas redomas que a classe dominante constrói para se refugiar dentro do país).

Fernando Henrique se consola em pensar que a “exclusão” está diminuindo no Brasil, trazendo números sobre a diminuição daqueles que vivem abaixo da linha da pobreza durante o Plano Real (por definição, vivem abaixo da linha da pobreza aqueles cuja renda é insuficiente para atender às suas necessidades alimentares). Esta é uma forma canhestra de encarar um problema tão grave quanto o da má distribuição de renda no Brasil, categoria em que o país é um dos campeões mundiais.

Um debate recente, pelos jornais, entre técnicos do IPEA, da Unicamp, do Dieese e

do FMI, mostrou que a renda, no Brasil, anda tão concentrada quanto antes do Real e que, ao contrário da tendência dos primeiros anos do plano, ela voltou a concentrar-se. O debate mostrou que, apesar de todas as manipulações metodológicas, aquele índice que é considerado universalmente como a mais precisa medida de concentração, o índice de Gini, continuou em níveis extremamente altos. Ele variou de 0,6 em 1993 para 0,59 em 1995, uma oscilação insignificante (Gazeta Mercantil, 21/8/1997). O índice de Gini é um método para medir a desigualdade na distribuição de bens, e varia de 0, onde a distribuição é radicalmente igualitária, a 1, onde a concentração é absoluta. Quanto mais próximo de 1, portanto, maior é a concentração medida.

O presidente chama de demagogos aqueles que “fazem discursos contra a miséria”, e encampa a solução mais tradicional e – ela sim – farisaica que as elites brasileiras apresentam para a alta concentração de renda no país – o baixo nível de instrução do povo. Não que este não seja um problema real, mas colocar o problema desta forma é sair pela tangente. A distribuição de renda em uma dada

Alexandre Machado



sociedade é resultado não do maior ou menor nível de educação, mas da distribuição de poder entre as classes que a compõem. É, portanto, um ato de força, de natureza política – e não técnica ou educacional. E corrigi-la em favor dos que tem uma parcela menor da renda depende de política de governo, direta, objetiva, clara.

E o que o governo fez até agora é irrisório, como o próprio FMI reconhece. O economista Benedict Clements, do FMI, ouvido pela Gazeta Mercantil, diz que a melhora de renda dos mais pobres ocorrida sob o Plano Real não chega a alterar o perfil da distribuição porque sua participação é extremamente pequena. “Estamos falando de pessoas que participam em apenas 2% da renda total do país, e uma melhoria nessa faixa, mesmo que expressiva, acaba não influenciando muito em termos de distribuição”.

Candidato à reeleição tece seu discurso de ideólogo das classes dominantes

Outro aspecto do mundo real que contraria a versão rósea do presidente é aquele que diz respeito ao ajuste do mercado de trabalho no Brasil. É um primor de tergiversação, como naquela espécie de noticiário policial em que a vítima acaba culpada. Ele diz que a legislação trabalhista, que protege “os que estão integrados” (aqueles que trabalham com carteira assinada) trouxe dificuldades, obs-

truiu a mobilidade e provocou o crescimento do setor informal (aqueles que trabalham sem carteira assinada, e defendem-se nas várias formas de subemprego e “trabalho por conta própria”).

O presidente baseia-se aqui na hipótese de que a eliminação da legislação trabalhista provocaria o aumento nos níveis de emprego – previsão contrariada pela experiência de outros países, particularmente a Argentina. Mas seu governo trabalha com essa tese – o culpado pelo desemprego não é o capital ou as políticas de governo que o favorecem, mas os próprios trabalhadores que defendem o “privilegio” de ter uma legislação protetora, duramente conquistada nas décadas passadas.

O mesmo raciocínio é feito por ele para explicar a privatização do Estado. Velho tema oposicionistas, a privatização do Estado denuncia sua submissão aos interesses privados das elites brasileiras – os latifundiários, os banqueiros, os industriais, os grandes comerciantes. Na cabeça de Fernando Henrique, entretanto, quem privatiza o Estado são seus próprios trabalhadores, são os servidores públicos, que usariam os poderes públicos – o cofre público, mais exatamente – em benefício próprio.

Entre o real e o imaginário, o presidente vai tecendo seu caminho para 1998 e, decididamente, o sociólogo cede lugar não ao presidente cioso do exercício imperial de seu mandato, mas ao ideólogo que faz a apologia das classes dominantes.

* Jornalista, integrante do Conselho de Redação da *Debate Sindical*

6º Concut teve a marca da oposição ao governo FHC

João Batista Lemos *

Um congresso de esquerda contra o neoliberalismo – assim foi o 6º Congresso Nacional da CUT, realizado no final de agosto, no ginásio do Ibirapuera (SP). Desde os discursos que marcaram a abertura, passando pelas resoluções aprovadas, sua marca foi a da oposição ao governo FHC e à política neoliberal. Se o rumo apontado para a luta dos trabalhadores foi, no essencial, correto, também ficou demonstrado que a unidade interna na mais combativa e representativa central sindical do país ainda precisa avançar muito.

Pode-se dizer que o 6º Concut culminou com uma gestão que teve uma trajetória oscilante, com idas e vindas, ações ousadas e vacilações, no enfrentamento ao governo neoliberal de FHC. No final, a grande insatisfação dos trabalhadores com a implementação do neoliberalismo falou mais alto e empurrou a central para um rumo mais combativo.

É importante registrar que, apesar destes problemas, a CUT teve um fortalecimento relativo neste período. O número de sindicatos filiados saltou de 2.235, no 5º Concut, para 2.558, dos quais 1.247 participaram do congresso. Nesta gestão também ocorreu a importante incorporação da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). O número de trabalhadores representados subiu de 18.316.114 para 19.537.193. Indiscutivelmente, a CUT é a mais representativa central sindical do país.

A maior bancada por Estado foi a de São Paulo, com 537 delegados inscritos (25% dos 2.140 participantes), seguida pela Bahia (239 delegados, 11,2% do congresso), Rio Grande do Sul (184 - 8,6%), Rio de Janeiro (157 - 7,3%) e Minas Gerais (151 - 7%). Quanto ao ramo de atividade, a educação ficou em primeiro lugar, com 547 delegados (25,56% do total), registrando um aumento em relação ao anterior de 23,15%. Em seguida, pela ordem, vieram os metalúrgicos – que baixaram de 10,4% no anterior para 9,5% neste congresso; os rurais – que cresceram de 6% para 9,4% dos delegados; e o setor do funcionalismo público – que também subiu de 7% para 9,4% neste Concut.

Os números acima confirmam algumas tendências de mudanças no mundo do trabalho, como a do aumento do número de trabalhadores no setor de serviços e a da diminuição na indústria. Apontam também as

melhores condições de organização sindical do setor público em relação ao privado, ainda mais em tempos de ofensiva neoliberal. Por outro lado, o crescimento da participação dos trabalhadores rurais decorre da recente filiação da Contag à CUT.

Ainda nos números: o resultado final da eleição da nova direção da CUT, disputada por cinco chapas, foi a seguinte: a chapa da Articulação Sindical obteve 52% dos votos; a da Alternativa Sindical Socialista (ASS), em composição com o Movimento por uma Tendência Socialista (MTS) e a Articulação de Esquerda, teve 30,28%; a Corrente Sindical Classista (CSC) obteve 13,58%; O Trabalho ficou com 4,14%; e a da Liga Bolchevique Internacional obteve apenas 16 votos.

A CUT patinou no início do governo FHC, em especial no acordo da previdência

Para melhor entender o contexto em que se realizou o 6º Concut, é necessário um breve balanço da trajetória da central. Quando da realização do congresso anterior, em maio de 94, faltavam quatro meses para o primeiro turno do pleito presidencial que elegeu FHC e derrotou o candidato apoiado pela totalidade dos delegados cutistas. Logo de início, a CUT teve que responder a um governo encabeçado por uma pessoa identificada com a luta democrática, com imagem de “esquerda” e que reivindicava um projeto social-democrata. Na verdade, FHC representava a retomada da implantação do projeto neoliberal, retardado com o impeachment de Collor.

A confusão não foi pequena. Muitas ilusões foram alimentadas pelo governo do “príncipe da sociologia”. Não poucas personalidades da esquerda passaram de malas e bagagens para o ninho tucano. Neste primeiro momento, a desorientação também atingiu a corrente majoritária da central, a Articulação, que fez aprovar a luta pelas “reformas populares” na Constituição como principal eixo de atuação da CUT. Tal diretiva estava

em completo desacordo com as correlações de forças na sociedade e com o caráter reacionário do novo governo. Na prática, deixou o sindicalismo mais combativo sem direção e imobilizado. Rapidamente, esta bandeira caiu no vazio e no descrédito.

Porém, ainda estava para acontecer o episódio mais marcante desse primeiro período da gestão: o acordo da previdência celebrado entre o presidente da CUT e o atual chefe do executivo. Neste acordo, que não foi fruto de nenhuma discussão prévia, alterava-se o conceito de tempo de serviço para tempo de contribuição, jogando sobre o trabalhador o ônus de comprovar o recolhimento, que é obrigação do empregador. Além disso, acabava com a aposentadoria por tempo de serviço, entre outras mazelas.

O famigerado acordo provocou um verdadeiro levante nas bases da central e um amplo debate na sociedade. Cartunistas de vários órgãos de imprensa ilustraram com humor sarcástico toda dimensão do acontecimento. O presidente da República marejava seu verdadeiro tento pró-reformas neoliberais com a ajuda de um confuso Vicentinho. A situação era tanto mais grave quando comparada com a da França, onde os trabalhadores tinham reagido no final de 95 com uma greve geral de mais de vinte dias às mudanças na previdência daquele país.

Passado um ano da posse de FHC, a situação dos trabalhadores piorou dramaticamente. Os que vivem do trabalho não tinham o que comemorar. Os servidores públicos federais sem um centavo de aumento; a greve do petróleo ferozmente atacada; a maior parte das categorias sequer repondo a inflação do período nas negociações salariais; agravamento dos conflitos pela terra com massacres e chacinas; e, principalmente, aumento sem precedentes do desemprego.

Efeitos do neoliberalismo empurram a central para postura mais combativa

Diante desse quadro, a corrente majoritária finalmente percebeu que o caminho do entendimento com FHC fazia a central embarcar numa barca furada. A greve geral de 21 de julho de 1996 marcou uma alteração de conduta da entidade. Primeiro grande movimento de protesto contra o governo, a greve atingiu seus objetivos. Já no Congresso Nacional, os partidos de esquerda constróem o Bloco de Oposição, iniciativa de grande significado político. Para dar mais um passo na resistência ao neoliberalismo, fazia-se necessário levar esta unidade ao movimento de massas.

Deve-se reconhecer que, neste momento, houve sensibilidade política na CUT para perceber a envergadura dessa tarefa. A central teve destaque na convocação da Conferência Nacional por Emprego, Terra e Cidadania, realizada em Brasília, em abril de 97. Da mesma forma, o ato do Movimento dos Sem-Terra, em 17 de abril, não teria a dimensão que teve, reunindo 60 mil pessoas, se a CUT não jogasse seu peso na mobilização nacional. Outro episódio digno de registro foi o Dia Nacional de Luta por emprego, terra e direitos sociais, em 25 de julho deste ano.

Foi este movimento à esquerda que culminou com as resoluções aprovadas no 6º Concut, que indicam a constituição de uma ampla frente contra o governo de FHC e a elaboração de projeto alternativo ao neoliberalismo. Outra importante vitória foi a aprovação unitária de um plano de ação, nitidamente antineoliberal, que aprovou a construção da greve geral e agendou diversas ações, entre elas, as lutas contra as reformas administrativa e previdenciária, pela redução da jornada de trabalho e pela reforma agrária – procurando sempre unificá-las junto aos mais diversos setores da sociedade.

Mas a unidade interna da central não está garantida. As principais razões dessa fissura da entidade são, da parte da Articulação, a postura hegemônica e antidemocrática; já por parte da ASS e do MTS, a visão pequena e sectária, que subestima a força dos principais inimigos dos trabalhadores.

O hegemonismo a todo custo e a falta de

democracia inclusive ficaram expressos na disputa no interior da Articulação. Durante o processo do congresso, expressivos dirigentes do Sindicato dos Bancários de São Paulo, num debate originado pela disputa da presidência da central, trouxeram a público denúncias sobre a forma personalista e centralizadora de tomada de decisões na entidade, abrindo assim mais um conflito nesta tendência. Na outra ponta, as visões sectárias não permitiram ver que a CUT avançou no último período. Tal cegueira política leva tais correntes a subestimarem a necessidade imperiosa da ampla unidade oposicionista para enfrentar o neoliberalismo.

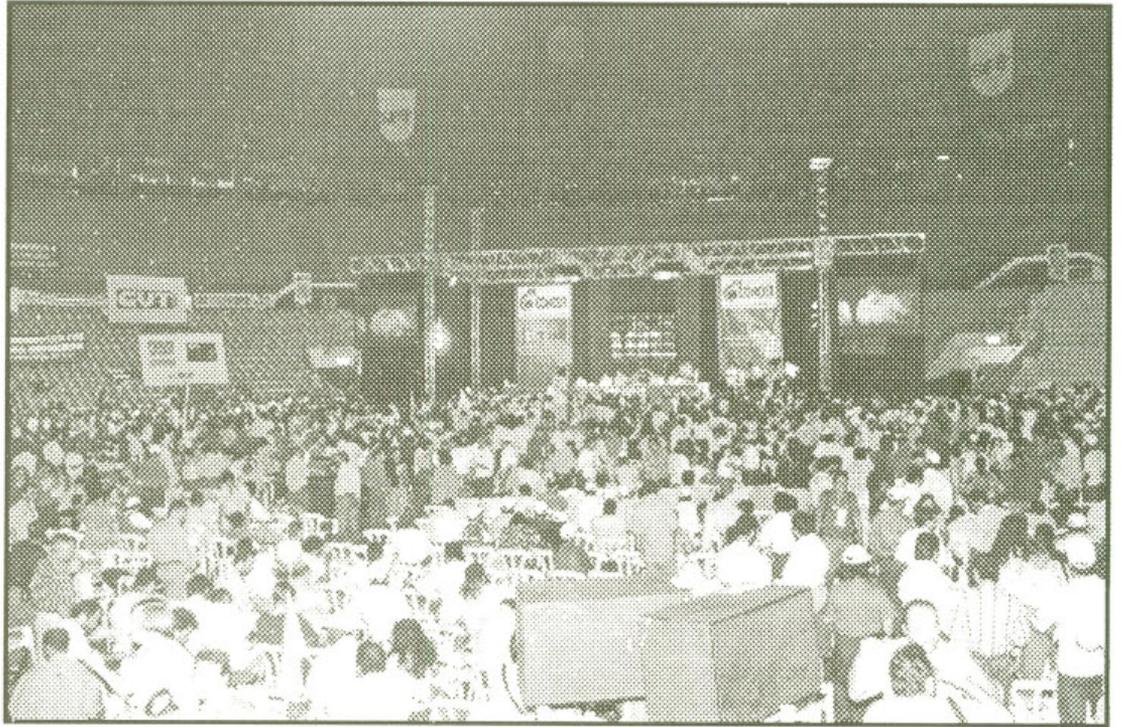
Os problemas na dinâmica do Concut e os desafios da nova direção da central

Do ponto de vista político, este foi o principal problema do 6º Concut. Faltou compreensão sobre a importância da democracia interna e também uma correta avaliação do momento político – que são as bases para a construção de uma unidade possível e necessária. Outro ponto negativo foi a própria dinâmica congressual. Discussões importantes para os trabalhadores (organização por local de trabalho, situação dos sindicatos inadimplentes, etc.) não foram travadas. Inclusive, é chegada a hora de repensar a própria dinâmica deste fórum máximo.

A realização do Concut demanda um gigantesco esforço. Gasta-se uma soma vultuosa de dinheiro para a vinda de mais de 2 mil delegados e para garantir a infra-estrutura. Tal mobilização é precedida por um incontável número de assembléias nos sindicatos e pelos congressos estaduais (Cecuts), que reúnem milhares de lideranças por todo o país. A atual dinâmica permitiu que os debates fossem em grande parte monopolizados por representantes de forças minúsculas, à revelia da ampla maioria dos participantes e prejudicando o debate e resoluções sobre questões candentes.

Sem querer esgotar a questão, lançamos

Maurício Moraes



algumas idéias para discussão. É preciso repensar o atual sistema de tese única, que recebe adendos através de emendas (ao todo foram 260). Talvez a apresentação de várias teses, respeitando certa representatividade, ajude a explicitar as divergências e seja mais ágil. Outra idéia é a da realização de congressos temáticos, com a apresentação de teses específicas, que possibilitariam a deflagração de ações concretas. Por exemplo: um congresso para discutir a grave questão do desemprego.

* Integrante da coordenação nacional da Corrente Sindical Classista (CSC-CUT)

A gestão que se inicia tem logo pela frente o desafio das eleições de 1998 para presidente, governadores, senadores, deputados federais e estaduais. Esta batalha é da maior importância para os trabalhadores. O resultado da

disputa eleitoral está diretamente ligado à capacidade do movimento social e opositor de ganhar as ruas de forma unificada. A experiência recente das mobilizações unitárias indicam que estas são resultado da luta dos diversos setores da sociedade por terra, emprego, educação, saúde, moradia e direitos sociais. Neste processo de lutas é que se adquire a consciência de que só alterando os rumos do país é possível alcançar seus objetivos.

Reafirmar-se na luta como a central sindical que decididamente representa a defesa dos interesses dos trabalhadores e ajudar, e participar, da mobilização unitária das entidades democráticas e populares contra o neoliberalismo – estes são os desafios da nova direção da CUT.



Milton Soares

A estrutura sindical e a estratégia do sindicalismo

João Guilherme Vargas Netto *

Diante da ofensiva neoliberal e das profundas mutações no mundo do trabalho, entre outras alterações em curso, qual deve ser a estratégia do sindicalismo brasileiro? A da confrontação, da conciliação ou da resistência? Como deve ser encarado, neste debate, o complexo tema da estrutura sindical no país? É a questão central ou deriva da definição da estratégia? Estas são algumas perguntas que o autor procura responder no texto a seguir.

A primeira constatação é que atravessamos uma fase em que a quase totalidade do movimento sindical, através de suas representações, procura se reunir para discutir sua situação. Não é coincidência listar que a CAT, CGT, Social Democracia Sindical, Força Sindical e a CUT realizam neste mesmo período os seus congressos e encontros nacionais. Sem mencionar, mas

mencionando, o congresso nacional dos bancários, no âmbito da CUT; o encontro interestadual dos bancários, no âmbito da federação de São Paulo; os congressos nacionais dos metalúrgicos e dos petroleiros da CUT; e o VIII congresso dos comerciários de São Paulo.

Vivemos uma verdadeira safra congressual. E isso é positivo, porque é uma condição neces-

sária para se enfrentar os problemas que o sindicalismo atravessa. No entanto, não é uma condição suficiente. É necessária porque na vida democrática e na prática histórica do movimento sindical os momentos congressuais são definitivos, são marcantes. A história universal do sindicalismo mostra que estes são pontos de virada, de acumulação, de época. Mas, infelizmente, não tem sido uma condição suficiente em quase todas as reuniões que citei. Realiza-se o congresso, gasta-se dinheiro, deslocam-se pessoas, os jornais dão cobertura, porém, do ponto de vista da luta dos trabalhadores, a contribuição é ínfima. A faca fica sem corte, sem gume!

Espero que o congresso da CUT, no qual todos vocês estão envolvidos, garantindo a condição de necessidade, garanta também a de suficiência. Não seja um congresso faca cega, no qual a gente pensa que está bem armado e não consegue fazer nem um *sushi*. Acredito que a questão da estrutura sindical, que estará em pauta neste congresso, é importante. Mas, seja do ponto de vista prático ou teórico, além de histórica e funcional – funcional em relação aos objetivos que o movimento se coloca, ao eixo proposto –, é uma discussão sobretudo institucional.

Pensei numa historinha do estudante de medicina que só teve aulas de anatomia. Esta lida apenas com cadáver e ele sabe tudo de anatomia. Ai, formado como médico, aparece o primeiro cliente, que chega com uma doença querendo se curar. Ele diz: não, antes você tem que morrer, para então, quando eu te dissecar, verificar qual o tratamento que posso prescrever. É um mau estudante de medicina, que tem uma concepção errada do processo de cura. Entendo a questão da estrutura sindical desse ponto de vista. É um problema de medicina se o ser estiver vivo, porque se o ser estiver morto, é um problema de anatomia, de livro. É uma discussão vazia.

Vou dar um exemplo concreto. Segundo um dos últimos relatórios da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o país da Europa com a mais baixa taxa de sindicalização é a França, inferior a 10%. Porém, é também o país com a maior porcentagem de trabalhadores cobertos por contrato coletivo. Ou seja: uma análise por estrutura, pelo

índice de filiação, nos levaria a uma realidade: já uma análise por contratação coletiva nos leva a outra. Enquanto na França o índice de sindicalização é menor que 10%, o número de trabalhadores cobertos por convenção ou contrato coletivo ultrapassava 90% da mão-de-obra.

Nos EUA, enquanto o índice de sindicalização é inferior a 20%, os cobertos por contrato são apenas 20%. Então, quando se analisa a totalidade da situação, deve se olhar a estrutura, já que a filiação é um dos dados essenciais de qualquer discussão sindical. Mas é preciso olhar também a instituição nacional que garante a representação dos trabalhadores sob a base da contratação. A própria OCDE concluiu que o fator sindical – o que pode deixar alguns estupefatos – tem pouco efeito sobre a questão do emprego. Essa é a conclusão deles. Uma lição importante é a seguinte: discute-se a estrutura, mas como coisa viva.

Alteração dos fatores que possibilitaram o avanço do movimento sindical

Desse ponto de vista, qual é a confusão que o Paulo Pereira, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, está armando quando abre, de forma precipitada, na sua base, a discussão sobre a separação entre a categoria e o sindicalizado? Ele está pensando na estrutura, no curto prazo, nos recursos. Mas, no que se refere à estratégia sindical, esta proposta pode ser uma tragédia. Meu recado já está dado. Não acho bom e não quero discutir “estrutura” como opções de uma salada de bufet de hotel. Vamos fazer uma representação por profissão, mais sindicato orgânico, mais estrutura plural, conjugados com pessoas que são canhotas. Não! Acho que temos que discutir estrutura na base de uma visão estratégica do momento e das tarefas do sindicalismo.

Vamos considerar os últimos 20 anos da história sindical brasileira. O sindicalismo no país não começou em 78 – sabemos disso, embora haja pessoas que esqueçam disso a todo momento. Mas, para facilitar o debate, vamos

fixar o começo em 78. Ao analisar este período, descobri uma coisa, ajudado pela Maria Herminia Tavares de Almeida. Se fosse adotar um nome para a estratégia que predominou nestes anos – e não estou falando da CUT, da Força Sindical ou da CGT, mas do sindicalismo em geral – batizaria de *estratégia da confrontação*. No seguinte sentido: o que se fizesse tinha resposta positiva. Mesmo que pulasse do 10º andar, não me machucava, porque eu pulava para dentro do prédio. Essa imagem é antiga, é uma figura que o próprio Lula usou.

Durante esse período, duas questões garantiam a qualquer ativista ou dirigente sindical, até mesmo o mal-intencionado, a seguinte lógica: basta fazer algum esforço que dá resultado. Não vinha carreta na contramão! Essa estratégia da confrontação se apoiava em duas coisas. Do ponto de vista político-institucional, no próprio processo de transição política, processo em que a sociedade queria acertar contas com o regime militar. Havia, para usar uma velha palavra dos comunistas dos anos 50, um “*abridismo*”. Farol verde! Havia uma pauta melhor do que a colocada hoje como hegemônica para a sociedade. Os sinais eram positivos. Havia possibilidades de conquista.

Prestem atenção: um operário sindicalista disputou duas vezes, nesse período, a presidência da República e tirou o segundo lugar. Citem dois ou três outros países em que isto aconteceu nessa fase? Lembra-se logo da Polônia. Nenhum mais! Nessa pauta política, institucional, da transição, o marco é a Constituição de 88. Ela encerra a metade da parte anterior do processo e abre a metade que vivemos até hoje. No entanto, a transição acabou. A pauta colocada hoje não é mais a da transição, é a da regressão. Isso sob todos os aspectos. Sobrou como testemunha desse processo a própria Constituição de 88, com todos os seus defeitos, mas foi o que sobrou.

Segundo elemento: nenhum país do mundo viveu, nesse período, uma inflação tão alta e continuada como no Brasil. E isso diz respeito direto à ação sindical. Era o outro estímulo da estratégia da confrontação. Perguntei outro dia aos bancários qual foi o “número mágico” da maior greve de categoria feita na história sindical

do mundo? Foi 25%. Ora, 25% traz gente para a assembléia, sindicaliza, dá manchete no jornal. É bem verdade que os trabalhadores estavam sendo derrotados no que se refere ao agregado salarial: a participação do salário na renda nacional caiu nesta fase. Mas havia uma vitamina, uma droga que impulsionava a estratégia da confrontação. Era a inflação alta e continuada. Os sindicalistas corriam atrás para ficar no mesmo lugar ou regredir menos.

Momento exige combinar a estratégia de resistência com as táticas ofensivas

Agora, acabou a inflação alta e continuada. Resultado líquido: acabou o período da estratégia da confrontação. A transição, que garantia ao sindicalismo o seu aspecto político-institucional, e a inflação, que lhe garantia o econômico-social, desapareceram. O movimento sindical se encontra numa situação em que a estratégia que foi positiva para todos está em questão. Existem, então, três alternativas. Primeira: daqueles que, por qualquer que seja a motivação, insistem em subestimar os fatores estruturais e ideológicos, insistem na continuidade de uma pseudo-estratégia de confronto. Com a diferença de que, se antes ela pagava, hoje ela toma – a exemplo dos petroleiros.

Segunda: a do pessoal que diz que a alternativa à estratégia da confrontação é a da conciliação, da capitulação. Diz que não se deve mais fazer greve, porque se fizer as empresas vão sair de São Paulo, vão para o Ceará, para Minas. Essa é uma estratégia de capitulação. Significa dizer que o sindicato não deve lutar mais por salário, que o sindicato agora é “cidadão”. Sindicato não é para reivindicar salário, é só para as questões da “cidadania”, para verificar poste de luz, telefone – quase como um vereador. Terceira: a que a meu juízo é a correta. É a estratégia que, na fase atual, substitui com coerência e perspectiva a estratégia de confrontação pela da resistência.

Pela música que estou tocando, dá para entender aonde vai chegar essa sinfonia. A

estratégia de confrontação não serve hoje. Se mantida, pagaremos o preço desse erro. Se substituída pela da conciliação, pagaremos também, porque aí vigorará aquela regra de Clausewitz: “Vitória na guerra é constranger o adversário a fazer o que eu quero”. Sobra a estratégia de resistência. Se isso é verdade, se ela é a melhor estratégia, devemos ser bastante avaros nas nossas inovações. Tudo aquilo que a gente tem, devemos agarrar com as quatro mãos. A partir do que se tem, vamos trabalhar para enfrentar a situação, mudar a correlação de forças e abrir outras possibilidades.

Seria uma grande irresponsabilidade botar na mesa coisas sobre as quais não se tem condições, numa avaliação estratégica, de garantir uma boa solução. Isso sobre a estratégia. Quanto à tática, o MST já ensinou o caminho. Qualquer manual de estratégia militar ensina que ter uma estratégia de resistência não significa deixar de adotar táticas de confrontação. Isso é a dialética. Você pode ter uma estratégia até mesmo defensiva com táticas fortemente ofensivas. Essa é a arte da guerra. A arte de combinar a sua estratégia com táticas ofensivas e defensivas.

A estratégia de resistência não significa que todo mundo está parado em casa. Você pode descobrir táticas que sejam extremamente ofensivas. Eu sugiro duas. A primeira, a tática infrasindical. Parto do pressuposto de que no Brasil o sindicato ainda tem grande força, por uma série de razões. A tática infrasindical significa levar o sindicato (entendido não como prédio, mas como diretores, ativistas, sindi-

calizados e categoria) cada vez mais para baixo. Os procedimentos, a logística e as formas dessa operação infrasindical dependem de cada situação. Desde que se tenha em conta que a organização no local de trabalho é um dos aspectos dessa tática infrasindical.

A outra tática é a intersindical. Assim como a organização por local de trabalho é um dos aspectos das táticas infrasindicais, as próprias centrais sindicais são apenas um dos componentes das táticas intersindicais. Eu valorizaria todos os elementos potenciais reais, existentes ou não, facilmente criáveis, de relações intersindicais. Isto porque a reestruturação produtiva, ao mesmo tempo em que serve às empresas, também as fragiliza. Isto no conceito de intersindicalidade. A cadeia que elas tentam montar é mais concentrada e, por isso, o peso de cada elo é maior. Com as táticas infrasindicais (OLT) e intersindicais, penso que se consegue enfrentar seriamente a reestruturação.

Diante do exposto, apontem um só impedimento colocado pela atual estrutura sindical a essa estratégia de resistência e a essas táticas. Se me citarem um único – e não quero dizer que exista facilidade para aplicar o proposto –, juro que arriarei a bandeira. Já pensei nisso e não tem. Para mim, a discussão sobre a estrutura sindical deve se dar dentro dessa estratégia de resistência, com essas táticas ofensivas em direção ao local de trabalho e da intersindicalidade. Acho que, com isto, criam-se novas condições para enfrentarmos os desafios do sindicalismo.

* Consultor de várias entidades sindicais. Esta intervenção foi apresentada no seminário do Centro de Estudos Sindicais (CES), em 20 de julho de 1997



Soraya P. da Silva

A reforma agrária e o projeto de desenvolvimento

Plínio de Arruda Sampaio *

Intencionalmente ou não, o fato é que a abordagem da reforma agrária, tanto na imprensa como até em foros acadêmicos, costuma ser feita de forma equivocada. Seus defensores alinham sucessivamente justificativas pontuais – reforma agrária para aumentar a produção, para introduzir tecnologia moderna, para assegurar o abastecimento alimentar, para aumentar a produtividade, para eliminar a pobreza. Os opositores dedicam-se a colecionar estatísticas e a construir argumentos para destruir essas justificativas. Como nenhum desses objetivos considerado isoladamente constitui uma justificativa adequada para o problema, o debate perde-se em afirmações e contra-afirmações, no fundo, inócuas.

Para enfocar a questão adequadamente, é preciso ver a reforma agrária como uma decisão política do Estado para solucionar uma “questão agrária”, que entrava o desenvolvimento da nação. Portanto, o primeiro passo para discutir racionalmente a ne-

cessidade dessa decisão consiste em definir claramente essa “questão agrária”. Diz-se que o desenvolvimento de um país está entravado por uma “questão agrária” quando a trama das relações econômicas, sociais, culturais e políticas no meio rural produz uma dinâmica

perversa que bloqueia tanto o esforço de aumentar a produção e a produtividade, como as tentativas de melhorar o nível de vida da população rural e sua participação ativa no processo político democrático.

Essa dinâmica perversa é a resultante de uma cadeia causal que deriva, em última instância, da concentração da propriedade da terra, porque é esta que determina a concentração do poder econômico e do poder político, criando estruturas de sujeição da população rural e gerando uma cultura incompatível com um tipo de exploração racional da terra com o desenvolvimento nacional. Este enunciado basta para mostrar que a "questão agrária" não envolve apenas aspectos agronômicos, econômicos e sociais. Na verdade, trata-se de um problema de ordem institucional, ligado aos mecanismos jurídicos, políticos e culturais que se formam e se automatizam no meio rural em decorrência de dois processos interligados: a concentração da propriedade no pólo superior da pirâmide dos proprietários que provoca extrema fragmentação dos níveis inferiores dessa pirâmide, e a existência de uma grande população rural destituída de terra.

Esses mecanismos produzem efeitos perversos: agronômicos (sistemas agrícolas pouco produtivos e devastadores da natureza); econômicos (baixa rentabilidade, dualidade tecnológica); sociais (pobreza, êxodo rural); políticos (mandonismo, clientelismo, violência) e culturais (analfabetismo) – que operam automaticamente, criando um círculo vicioso inibidor de qualquer possibilidade de desenvolvimento dos mais pobres (os minifundistas e os sem-terra) e de iniciativas que signifiquem um aproveitamento mais racional do potencial agrícola do país. Quando se constata a formação desse círculo vicioso, não pode haver dúvida: o desenvolvimento do país em questão defronta-se com uma "questão agrária". Trata-se de uma questão estrutural, porque não pode ser solucionada exclusivamente com medidas de política agrícola ou social, uma vez que a eficácia dessas políticas é anulada por uma estrutura fundiária defeituosa.

A natureza complexa da "questão agrária" invalida as análises que privilegiam apenas um ou alguns aspectos da realidade. Essas análises ofuscam o essencial do problema, que consiste na "dinâmica perversa" criada pelo conjunto dos fatores que influem no mundo rural e pela forma como eles se relacionam. Corre-se também o risco de circunscrever os efeitos da perversidade da estrutura agrária a um aspecto, seja o da produção, seja o da produtividade ou da distribuição de renda no meio rural, omitindo-se as nefastas repercussões da questão agrária no meio urbano. Por exemplo, se o exame da questão agrária limita-se aos seus efeitos no mundo rural, não se consegue estabelecer a conexão entre ela e a proliferação de favelas nas cidades latino-americanas, o lento desenvolvimento da produtividade da economia e os baixos salários na indústria desse continente.

Se se utilizar uma perspectiva exclusivamente econômica, agronômica ou mesmo social para abordar a questão agrária, perde-se as distinções fundamentais para caracterizar adequadamente o problema. Por exemplo: no Sul do Brasil não existe mais, como regra, o latifúndio tradicional. Ele foi substituído pela grande empresa rural capitalista, moderna, que opera com níveis de produtividade elevados e em estreita ligação com os formidáveis "complexos agro-industriais", monopolizadores do mercado de numerosos produtos agrícolas. Ao lado dessas grandes empresas "modernas", há, na região, milhões de unidades de produção familiares, estabelecidas, algumas há cem, outras a cento e cinquenta anos, por imigrantes alemães, italianos e poloneses.

O domínio da agro-indústria gerou relações econômicas, sociais, culturais e de poder político que estão asfixiando essa agricultura familiar. O empobrecimento dessa parte importante da população rural provocou a emigração de milhões dessas famílias para outras regiões, originando-se daí violentos conflitos de terras. Como negar, diante dessa realidade, a existência de uma "questão agrária" no Sul do Brasil? No entanto, o lati-

fúndio tradicional já se não constitui mais como o traço característico da estrutura fundiária dessa parte do país.

A “questão agrária” do Sul é, contudo, completamente distinta da que se apresenta no Nordeste, onde o grande latifundiário vive da super-exploração de uma população rural miserável e completamente subjugada. Nos dois casos, os mecanismos criados pela estrutura agrária são os fatores determinantes da “questão agrária”, porque impedem o desenvolvimento econômico, social e político de parte considerável da população. Nos dois casos também, a solução do problema exige uma intervenção corretiva do Estado, embora essa intervenção não possa ser a mesma para as duas situações.

No primeiro deles, a solução pode ser encontrada – principalmente, mas não exclusivamente – mediante o uso dos instrumentos clássicos de política agrícola: no segundo, só mediante a massiva desapropriação dos latifúndios e sua redistribuição a trabalhadores sem terra. A política agrícola cria estímulos positivos e negativos para os agentes econômicos que operam no mercado, modificando assim a conduta econômica deles: a reforma agrária modifica a estrutura institucional da região, a fim de que certos segmentos da sociedade possam superar a situação de inferioridade, insuperável dentro das regras do mercado. Essas considerações evidenciam que, sem uma definição correta da “questão agrária”, não é possível formular um programa adequado de reforma agrária.

Principais características da complexa e perversa questão agrária no Brasil

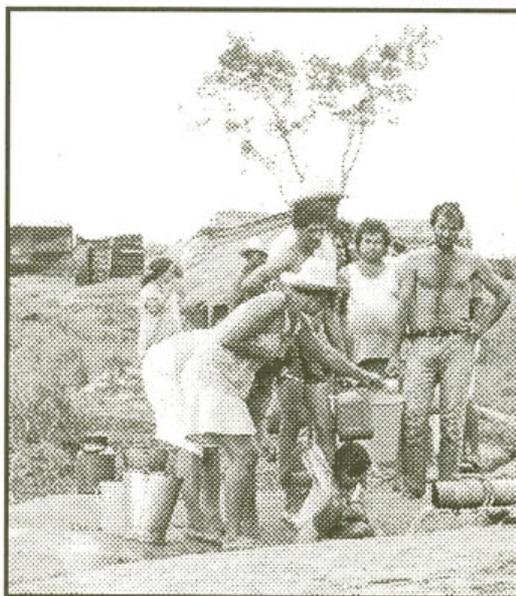
A estrutura agrícola do Brasil caracteriza-se pela clara distinção entre um setor moderno e um atrasado. O primeiro compõe-se de aproximadamente 500 mil estabelecimentos. Em sua maioria, essas unidades modernas tem em torno de 500 hectares. É preciso notar que, entre elas, encontram-se também muitas uni-

dades familiares. Essas operam segundo critérios capitalistas e em níveis relativamente elevados de produtividade, respondendo por uma percentagem elevada da produção de alimentos, das exportações e do emprego rural. O setor atrasado, composto por cerca de cinco milhões de unidades de vários tamanhos, abrange latifúndios tradicionais, propriedades médias pouco produtivas, unidades familiares com potencial de desenvolvimento e unidades familiares sem potencial de desenvolvimento – os minifúndios. O setor atrasado opera em níveis de produtividade baixos, mas responde por percentagens consideráveis da produção, especialmente de alimentos.

A estrutura fundiária do país (que não se confunde com a estrutura agrícola) caracteriza-se pela combinação perversa de extrema concentração e da extrema fragmentação da propriedade e da posse da terra. Mas, proprietários e posseiros não são os únicos habitantes do meio rural. Existem também seis milhões de famílias de trabalhadores sem terra, em estado de extrema pobreza. Essa combinação de estrutura agrícola e fundiária criou uma situação que pode ser assim resumida:

- O setor moderno está capacitado a responder rapidamente tanto aos aumentos da demanda externa como da demanda interna de alimentos

Soraya P. da Silva



e de matéria-prima. Esta capacidade, no entanto, só prevalece enquanto o Brasil continuar sendo o país com a pior distribuição de renda do mundo. Se houver uma redistribuição um pouco melhor, a demanda por alimentos aumentará exponencialmente e aí a resposta do mercado não será imediata – o que bastará para criar pressões inflacionárias suficientemente fortes para bloquear o esforço redistributivo.

- O setor atrasado é incapaz de gerar renda suficiente para assegurar níveis de vida aceitáveis à maioria da população rural. Os minifúndios não dispõem de terra suficiente para estabelecer a exploração agrícola em escala econômica e a maioria das unidades familiares, potencialmente viáveis, não dispõe de capital e assistência técnica para tornar sua exploração mais produtiva.
- A atividade agrícola não ocupa integralmente a força de trabalho rural durante todo o ano agrícola, originando-se daí subemprego e deterioração dos salários. Metade dos trabalhadores rurais recebe salários inferiores à metade do salário mínimo e dois terços trabalham sem contratos formais de trabalho. Esses fatores estão determinando uma acelerada emigração da força de trabalho jovem para as cidades com conseqüências funestas para o desenvolvimento.
- A apropriação das terras situadas na fronteira agrícola e sua incorporação ao circuito econômico segue historicamente um padrão extremamente perverso que provoca destruição de povo indígena, expropriação de pequenos posseiros, devastação da floresta e, como é óbvio, conflitos armados.
- A tecnologia da exploração agrícola, tanto nas regiões de fronteira como nas já incorporadas na economia brasileira, agride o meio ambiente, caracterizando-se pelo desmatamento irracional, uso abusivo de elementos químicos, falta de controle da erosão e destruição da fauna e da flora.
- A maior parte da população rural está submetida ao estrito controle social e político da classe dos grandes proprietários rurais, o que ocasiona uma séria distorção da repre-

sentação política: os grandes proprietários estão sobre-representados no Congresso Nacional e a “bancada ruralista” pode bloquear as iniciativas legislativas favoráveis ao desenvolvimento do país.

A essência do problema agrário e as alternativas progressistas de solução

Os neoliberais afirmam que a “questão agrária” foi resolvida por meio da intensa modernização tecnológica de uma parte de suas empresas, nos anos 70. A conclusão dessa afirmação é clara: se não há “questão agrária” para que falar em reforma agrária? Diante da gritante realidade da miséria rural, a resposta neoliberal é resumidamente a seguinte: a pobreza constitui um “resíduo” - uma conseqüência indesejada da maneira como o capitalismo desenvolveu-se no campo. Será eliminada automaticamente pelo mercado à medida em que a modernização tecnológica avançar e em que o excedente da população rural for absorvido pelos outros setores da economia. Até que isto aconteça, a única medida possível em favor dos pobres consiste nos programas de assistência social.

Os economistas de esquerda, apesar das diferenças quanto a conceituação da natureza da questão agrária e quanto à terapêutica adequada para resolvê-la, focalizam o problema de maneira oposta. Para eles, é evidente que os mecanismos de mercado não podem resolver os graves problemas do campo brasileiro, havendo, pois, necessidade de uma vigorosa intervenção do Estado.

É preciso não confundir reforma agrária com a política de fazer assentamentos rurais para reduzir tensões sociais localizadas. No caso brasileiro atual, a reforma agrária – ou seja, a solução de Estado para a “questão agrária” concreta que entrava o desenvolvimento do país – compõe-se de duas partes indispensáveis e complementares: assentamento de famílias sem terra em grandes propriedades desapropriadas nas regiões em

CAMPO

que se manifestam de forma aguda os defeitos da estrutura agrária; e viabilização técnica e financeira da agricultura familiar nas regiões em que ela já está implantada. É preciso que seja assim porque a reforma visa substituir a dinâmica perversa, que fabrica miséria e bloqueia o desenvolvimento, por uma dinâmica de desenvolvimento nacional.

Só nessa perspectiva, pode-se fugir da armadilha das análises que privilegiam os aspectos "economicistas" ou "sociais" da questão agrária, a fim de definir claramente as funções que correspondem à reforma agrária em um projeto de construção nacional. Estas são:

- redistribuir renda, riqueza e poder no campo, de modo a criar um clima sócio-econômico e cultural propício ao desenvolvimento equilibrado da exploração dos recursos agrícolas e florestais do país;
- criar escassez relativa de força de trabalho em toda a economia, a fim de forçar aumentos de remuneração dos assalariados;
- aumentar exponencialmente a produção de alimentos, a fim de sustentar uma demanda várias vezes superior à atual – resultado automático de um processo efetivo de distribuição de renda;
- viabilizar a agricultura familiar, mediante formação de assentamentos e apoio técnico, financeiros e comercial (preços) às milhões de unidades familiares já existentes.

Estas funções só poderão ser cumpridas se a intervenção estatal corretiva atingir uma certa massa crítica. Caso contrário, como se viu com a experiência dos projetos de "desenvolvimento rural integrado", patrocina-



Terra/Sebastião Salgado

nados pelo Banco Mundial, o mercado drenará rapidamente para as mãos dos segmentos que exploram a população rural (latifundistas, compradores atacadistas, comerciantes locais, agiotas) os recursos que o Estado colocar diretamente nas mãos dos mais pobres. O que muitos não entendem é que a reforma agrária visa mudar uma estrutura de poder que cria um ambiente social, econômico, cultural e político inibidor do desenvolvimento econômico e do avanço democrático. Se não destruir essa estrutura de poder e substituí-la por outra, os assentamentos serão sempre uma espécie de dentes postiços, sem nenhum efeito real no desenvolvimento.

* Consultor do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e secretário agrário nacional do PT

Avanço tecnológico e a nova classe trabalhadora

Manini Chateerjee *

Como uma das conseqüências do colapso soviético, existem muitas afirmações de que o socialismo está morto, que não há futuro previsível além do capitalismo e que o marxismo não é relevante. A maior parte desses comentários é sem sentido e esta euforia do ocidente já se abateu consideravelmente. Mas a ofensiva mais séria contra o marxismo nos últimos anos é a afirmação de que o espantoso avanço na ciência e tecnologia nas décadas recentes está tornando o trabalho humano supérfluo. A propaganda é que a classe trabalhadora está desaparecendo ou sendo substituída. Os proponentes desta teoria tentam conscientizar um grande número de pessoas, incluindo trabalhadores, de que a revolução tecnológica tem levado a uma mudança estrutural da classe trabalhadora, que tem como característica apoderar-se do seu potencial revolucionário.

Esta mudança tem uma série de facetas - primeiro, a tecnologia está substituindo a mão-de-obra humana em muitas indústrias-chaves, incluindo o setor da indústria pesada, como a siderurgia etc.; segundo, o setor industrial está se restringindo, enquanto se nota um crescimento contínuo do setor de serviços; e, em terceiro lugar, os operários estão sendo substituídos por trabalhadores especializados, com altos salários, tanto nas fábricas como no setor de prestação de serviços.

Não se pode negar o fato de que a classe trabalhadora está sofrendo uma mudança, particularmente nos países capitalistas mais avançados. Também é verdade que esta mudança não se limita apenas às nações industrializadas, mas afeta também a indústria de outras partes do mundo. Será a revolução

tecnológica a precursora do fim da classe trabalhadora? Será que significa o fim da exploração do trabalho pelo capital? Destruirá o potencial para as mudanças revolucionárias existente na classe trabalhadora?

Na Índia, onde a maior parte da classe trabalhadora continua a ser claramente explorada nos setores informais e nas indústrias tradicionais, estas perguntas podem parecer abstratas. Mas a revolução tecnológica também está provocando um impacto em muitas indústrias indianas, processo que está sendo fortalecido pela entrada das companhias multinacionais com alta tecnologia. Por isso, é fundamental compreender a natureza das mudanças que estão ocorrendo por todo o mundo e suas implicações nos movimentos da classe

trabalhadora e de esquerda como um todo. Uma tentativa neste sentido foi feita, pela primeira vez, pela Central dos Sindicatos do Comércio da Índia (CITU) na sua 9ª Conferência, realizada em Kochi ili Kerala, em abril último.

Além da deliberação principal, a conferência da CITU discutiu seis comissões de artigos de áreas específicas referentes ao movimento sindical do comércio. Um dos seis artigos abordava o assunto sob o título: "Avanços tecnológicos e a mudança estrutural da classe trabalhadora". Mais de 300 delegados participaram da sessão destinada à discussão deste artigo. A comissão não discutiu exaustivamente o assunto, mas houve uma tentativa de delinear-lo. Contudo, sua conclusão foi ambígua quanto ao setor de investimentos e aos setores públicos. Nos países do terceiro mundo, como a Índia, a privatização tem aumentado o desemprego, enquanto que a entrada das multinacionais não provocou qualquer aumento perceptível na oferta de empregos.

Outra característica tem sido a expansão do setor de serviços nos países capitalistas mais avançados, assim como em países como a Índia. Esta expansão vem acompanhada de um declínio dos níveis de produção industrial. Mas o artigo nota que "esta expansão no setor de serviços e uma maior flexibilidade da força de trabalho, ao invés de melhorar as condições de trabalho, está levando a um crescimento da pressão para garantir maior número de subcontratações, trabalho em meio período, diminuição da jornada de trabalho, trabalho desenvolvido em domicílio e outras condições flexíveis de emprego. A sindicalização desta força de trabalho flexível colocou um problema de difícil solução, que resulta em seu baixo poder de barganha".

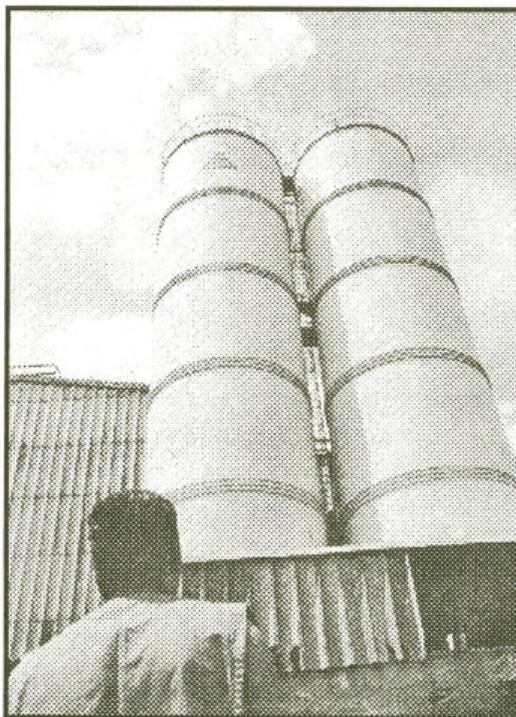
De qualquer forma, a tecnologia não pode ser deixada de lado. Portanto, à parte das demandas decorrentes do desemprego e da exploração dos trabalhadores, a questão principal é se a revolução tecnológica está alterando a natureza da classe trabalhadora e caminhando em direção à sua extinção. Se

seria possível a tendência da classe trabalhadora à resistência nos países capitalistas ou nas indústrias de alta tecnologia, uma vez que ela própria sofreu mudanças.

O avanço da automação eleva a extração do valor excedente do trabalhador

O significado do artigo da CITU repousa em sua afirmação de que a exploração continua ocorrendo, mesmo em relação aos empregados mais bem pagos da maior parte das indústrias de alta tecnologia, porque a extração do valor excedente continua caminhando rapidamente. Apresentando o artigo aos delegados que participaram da comissão, o líder da CITU, Sukomal Sen, explicou que a extração do valor excedente de um trabalhador por um capitalista é fundamental para a sua exploração. No regime capitalista, o empregador constantemente procura aumentar este valor excedente, enquanto o trabalhador luta para reduzi-lo. Esta é a essência da luta de classes.

Mesmo na maioria das indústrias tecnolo-



gicamente avançadas, este valor excedente do trabalho continua sendo extraído. A exploração inerente neste processo é freqüentemente camuflada hoje pelo aspecto de mudança no trabalho e o aumento relativo dos salários. Por exemplo, estamos condicionados a pensar que um operário é alguém engajado em uma tarefa cansativa, tediosa, escavando em uma mina de carvão ou empurrando uma alavanca por horas a fio: pobre, faminto, com as roupas sujas de graxa e as pernas cansadas. Esta é a imagem do arquétipo do operário da classe trabalhadora tradicional.

Mas em várias indústrias do Leste e mesmo na Índia, esta imagem está longe da realidade. Mesmo a indústria pesada tradicional – como por exemplo as de aço, cimento, fertilizantes, mecanização e computação – sofreu alterações em sua natureza tanto em relação ao trabalho quanto ao trabalhador. Muitas das tarefas diárias são executadas por trabalhadores na frente dos teclados de seus computadores, em salas com ar condicionado. Os salários destes trabalhadores são atualmente muito mais altos do que eram, principalmente devido às negociações coletivas. Eles têm um melhor nível de instrução, mais treinamento, melhores roupas e uma vida mais confortável. Então pode-se concluir que eles não são mais explorados? Teriam eles deixado de ser trabalhadores e se tornado parte de uma amorfa e mal definida classe média?

A resposta é não. Como explicou Sukomal Sen, por exemplo, se o salário de um empregado da Siderúrgica Tata subiu dez vezes, os lucros da empresa aumentaram muito mais do que dez vezes. A computação aumentou a produtividade do trabalhador, mas ao passo que os níveis de produtividade aumentam, o valor excedente também aumenta e, conseqüentemente, o grau de exploração também é maior. Assim, o grau de exploração não é diretamente proporcional ao aumento relativo dos salários, mas ao aumento da extração do valor excedente do trabalhador. O trabalhador continuará a ser membro da classe explorada por tanto tempo quanto seu trabalho for explorado pelo capitalista visando o lucro.

Setor de serviços está mais ligado à produção, o que altera seu perfil de classe

Enquanto a extração do valor excedente dos trabalhadores no setor da produção é evidente, a despeito das mudanças na natureza do trabalho, a questão no setor de serviços é bem mais problemática. O artigo da CITU notou que o aumento excepcional no setor de serviços e na força de trabalho a ele atrelada tem dado ênfase à questão sobre se o capital investido no setor de serviço é ou não produtivo. O artigo indica que já não é possível ou válido segmentar a produção capitalista estritamente em “produção” ou “serviços”, porque uma grande quantidade dos chamados “serviços” está também ligada à produção de mercadorias, entre outras formas de produção, que formam o lucro dos capitalistas.

O artigo afirma: “No setor de serviços, o trabalhador vende seu “serviço” ao capitalista que o revende no mercado como uma mercadoria útil e tem lucro. Nas grandes corporações industriais alguns trabalhadores intelectuais são empregados para trabalhar na contabilidade, alguns para operarem os computadores, alguns para os trabalhos de escritório e outros para a produção direta. Quando o capitalista vende o produto produzido por sua indústria, com a utilização de todos estes componentes de trabalho, ele lucra com isto, ou seja, ele tem o valor excedente. Assim, o trabalho intelectual também contribui na geração do valor excedente. “A intensidade da exploração dos trabalhadores no setor de serviços e a taxa de extração do valor excedente pelo capitalista com relação aos empregados deste setor não são menores do que no caso dos operários das indústrias”.

O artigo aponta que, sob as condições atuais de produção e “marketing”, os empregados do setor de serviços não podem ser considerados como “uma classe média não-proletária” em contraste com a classe trabalhadora da indústria. Tais exemplos podem ser vistos até mesmo na Índia. Trabalhadores das

indústrias modernas de alta tecnologia, como as siderúrgicas as empresas públicas BHEL e a ONGC, ganham mais do que muitos dos empregados do setor de serviço.

Burguesia incentiva a divisão para enfraquecer a luta dos assalariados

Muitas vezes, entretanto, a maior parte dos empregados do setor de serviços e dos trabalhadores intelectuais têm uma auto-imagem de superioridade ou, no mínimo, de estarem à parte da classe trabalhadora industrial tradicional. Esta aparente dicotomia entre os trabalhadores do setor de prestação de serviços e os operários tem sido promovida com muita perseverança pela burguesia para dividir e reduzir o poder de luta da classe trabalhadora unida. Em seus esforços, os burgueses têm tido sucesso, particularmente em moldar a consciência dos trabalhadores do setor de serviços e de tarefas não manuais. Estes trabalhadores ou "empregados", como são chamados, acreditam que fazem parte da classe média e não da classe trabalhadora, mesmo que seu trabalho continue sendo explorado e ele permaneça, em essência, como uma parte da classe trabalhadora.

Sukomal Sen salientou que esta dicotomia é muito aguda na Índia devido à herança cultural. O conceito geral, mesmo entre os sindicalistas, é que os empregados do setor de serviços, como os bancários e os securitários, não são batalhadores e, portanto, não podem tomar parte de uma luta unida da classe trabalhadora. Sem dúvida, o objetivo de fomentar estas questões é também o de manter uma entidade separada. Mas nem sempre é assim em outros países. Na França, por exemplo, a principal entidade sindical, a CGT, foi fundada em 1895 por militantes trabalhadores em diversas funções de escritórios. Mais tarde, os operários uniram-se ao sindicato e desde este dia há uma unidade entre os operários e os "empregados". No Japão também o Zenzoren inclui tanto os trabalhadores

das fábricas quanto os dos escritórios.

Esta unidade está sendo sedimentada ainda mais nos últimos anos, quando os governos de direita estabeleceram um assalto, tanto aos operários quanto aos trabalhadores do setor de serviços, juntamente com o grande crescimento do desemprego e a redução dos benefícios para os trabalhadores. A ofensiva LPG (liberalização, privatização, globalização) está sofrendo restrições em muitas partes do mundo, através das lutas da classe trabalhadora militante, sendo as mais notáveis a greve prolongada na França em 1995 e na Coreia do Sul em 1996.

Comentando sobre isto, o artigo diz que os fatores mais notáveis destas greves "é que todos os componentes da classe trabalhadora, pertencentes ao setor público ou privado ou mesmo às indústrias de alta tecnologia ou tradicionais, ou seja, operários ou prestadores de serviço, trabalhadores intelectuais, funcionários públicos ou professores, todos mostraram-se igualmente unidos nestas greves nacionais de massa. Todas estas lutas dos militantes da classe trabalhadora em diversas partes do mundo, desafiando a economia capitalista, comprovam a mudança estrutural e de composição que se encontra em andamento e provam também que os salários mais altos, em alguns casos, não conseguem deter a classe trabalhadora quanto às ações da sua militância, tanto das indústrias quanto do setor de serviços, incluindo os serviços públicos. Esta maneira convincente confirmou o caráter revolucionário inerente à classe trabalhadora, a despeito da situação econômica global das mudanças estruturais da classe trabalhadora e do processo de trabalho.

É falsa a idéia de que a classe trabalhadora perdeu sua essência revolucionária

A situação na Índia, onde a classe trabalhadora é vastamente diferenciada, apresenta um desafio ainda maior ao movimento sindical do que nos países capitalistas onde há uma

uniformidade considerável nos padrões de vida dos integrantes da classe trabalhadora. O artigo observou que a força de trabalho na Índia, seja a "classe trabalhadora moderna" lotada nas indústrias de alta tecnologia, seja "a classe trabalhadora tradicional" das indústrias têxteis de algodão e juta e o "vasto setor informal", está caracterizada pelos baixos salários, total falta de segurança no trabalho e de outros benefícios. Organizar estes trabalhadores separadamente e, ao mesmo tempo, mantê-los unidos em ações conjuntas é um grande desafio.

A complexidade deste desafio ficou evidente a partir das intervenções feitas por vários delegados durante as discussões do artigo em questão. Enquanto muitos aceitaram o ponto de vista teórico de que a "classe trabalhadora moderna" não perdeu, em essência, sua característica revolucionária, expressaram também dúvidas em relação à sua aplicação nas condições concretas que prevalecem na Índia atualmente. Como é possível para um trabalhador contratado, que nem sequer ganha o salário mínimo, dar as mãos para o operador do computador que ganha um salário de cinco dígitos? Ainda mais importante é a questão que envolve até que ponto seria possível convencer estes empregados "altamente qualificados" ou a "classe trabalhadora profissional" de que eles também são parte da massa trabalhadora e não um adjunto da burguesia?

O maior desafio enfrentado pelo movimento sindical é mudar a consciência da nova ou moderna classe trabalhadora e fazê-la

perceber que seus interesses a longo prazo repousam em ações conjuntas com as outras partes exploradas contra o ataque violento do imperialismo e a crueldade dos lucros capitalistas.

O valor do artigo da CITU está no fato de que ele traz à discussão assuntos fundamentais que precisam ser amplamente debatidos, e que, por sua vez, ajudarão o movimento sindical a identificar as tarefas difíceis inerentes às mudanças que estão ocorrendo no processo de produção e na natureza da classe trabalhadora. Já não é mais possível isolar um país dos desenvolvimentos que se processam no restante do mundo, sendo que as mudanças que hoje parecem distantes podem, rapidamente, englobar a Índia também.

De acordo com a conclusão do artigo da CITU, os desenvolvimentos recentes "desmentem de maneira convincente a teoria proposta por alguns de que a classe trabalhadora está desaparecendo e comprovam que ela, na sua versão atual, não está perdendo sua essência revolucionária, como alguns estão tentando mostrar. Pelo contrário, seu vigor revolucionário está ainda mais forte, em alguns lugares de forma latente, em outros abertamente, de acordo com as condições objetivas e as preparações subjetivas de cada país a cada momento. O movimento da classe trabalhadora indiana, na conjuntura atual, precisará fazer valer as vantagens do seu novo caráter e temperamento revolucionários, que não se dobram facilmente, como ferramentas para favorecer um movimento sindical ainda mais revolucionário".

* Integrante do Partido Comunista da Índia-Marxista. O artigo foi publicado no jornal *Peoples' Democracy*, do PCI-M, em 15 de junho de 1997. Os intertítulos são de autoria da **Debate Sindical**

Os efeitos do processo de produção flexível

Geordy Souza Pereira *

“A moderna sociedade burguesa, uma sociedade que desenvolveu meios de troca e produção, é como o feiticeiro incapaz de controlar os poderes ocultos que desencadeou com suas fórmulas mágicas”. (Manifesto do Partido Comunista)

As economias capitalistas avançadas estão atualmente atravessando um processo de mudanças na base material de produção. São abundantes, também, os sinais e marcas de modificações radicais em processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas de Estado (Harvey, 1994). Esse contexto constitui, segundo alguns autores (Lojkin, 1995; Peres, 1985), uma fase de transição de paradigma técnico, econômico e político para a instauração e consolidação de um novo paradigma, o da informação.

Faz-se necessário não só a existência de uma tecnologia de uso generalizado, como a microeletrônica, mas o surgimento de novas formas organizacionais. Em nível do processo de trabalho, a manifestação mais visível dessas inovações é caracterizada pela adoção dos novos módulos de organização e pela automação microeletrônica. A seguir serão trabalhadas algumas idéias iniciais, visando contribuir com o estudo dessas transformações. Ressalve-se de que se trata apenas de notas de trabalho na tentativa de buscar caminhos para a pesquisa sobre o tema, que ainda se

encontra na sua fase preliminar.

Inovação tecnológica eleva a produtividade e substitui o trabalho vivo pelo morto

O novo padrão industrial que emerge no cenário mundial a partir da crise dos anos 60/70 e que explode em sua complexidade nos anos 80 tem sua base material nos planos produtivo, tecnológico e da organização industrial. No entanto, estas mudanças alteraram o processo direta e indiretamente envolvido na produção, criando novas e restritas relações de trabalho. Também acentuaram as características de exclusão econômica e social do sistema capitalista.

Para Ricardo Antunes, “vive-se no mundo da produção um conjunto de experimentos, mais ou menos intensos, mais ou menos consolidados, mais ou menos presentes, mais ou menos tendênciais, mais ou menos embrionário”. Não existindo um único modelo de processo produtivo, mesclam-se experiências realizadas em vários países, substi-

tuindo até mesmo o modelo toyotista. “Novos processos de trabalho emergem, onde o cronômetro e a produção em série e de massa são substituídos pela flexibilização da produção, pela especialização flexível, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado”. (Antunes, páginas 15-16).

Segundo Harvey, o sistema capitalista está passando por uma nova forma que ele denomina de “acumulação flexível”. Esta se caracteriza pela flexibilidade dos processos de produção, do mercado de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Este novo modelo envolve rápidas mudanças nos padrões do desenvolvimento desigual, criando um vasto movimento do emprego no chamado setor de serviço. Através da microeletrônica e da informática, o capital passa a deter maior controle em setores como o comércio, escritórios, bancos e até mesmo na agricultura, setores que estavam imunes aos princípios tayloristas.

Verifica-se, em contrapartida, que o crescimento do setor terciário não absorve, na dimensão adequada, a mão-de-obra ligada aos outros dois setores. Com a inovação tecnológica, eleva-se como nunca a produtividade e opera-se cada vez mais a substituição de trabalho vivo pelo trabalho morto. Marx, ao analisar o impacto social da automação, já salientava que a produção passaria a depender cada vez menos do trabalho operário e cada vez mais das máquinas instaladas no sistema produtivo, bem como do nível geral de desenvolvimento da ciência.

Para Lojkin, a “automação flexível”, que caracteriza a atual revolução tecnológica, designa a passagem da máquina-ferramenta ao sistema de máquinas auto-reguladas. Isso implica a capacidade da automação de substituir não somente as mãos humanas, como também as funções cerebrais requisitadas pela vigilância das máquinas-ferramentas. A flexibilidade e a integração dessas máquinas se opõem à base técnica rígida e a segmentação do sistema mecânico e organizacional desenvolvidos pelo taylorismo e

fordismo.

Nas empresas flexíveis e integradas, a verticalização dá lugar a produção horizontalizada, com as terceirizações e as subcontratações conectadas em escala nacional ou mundial. Cria-se a tendência à descentralização da produção em empresas de menor porte. Substitui-se o trabalho parcializado pelos fluxos produtivos, através das equipes, células de produção ou Círculos de Controle de Qualidade. Com a reengenharia, muda-se o chão da fábrica e enxuga-se a mão-de-obra. A hierarquia rígida é substituída por uma enxuta, que utiliza chefes de equipes muitas vezes escolhidos pelos próprios operários. Esse novo paradigma expressa um modelo que recusa a produção em massa. A produção em série cede lugar à produção com maiores variações e dirigida pela demanda.

Efeitos perversos sobre os trabalhadores da automação sob o domínio do capital

Esse novo sistema tem causado várias transformações nas relações de trabalho, no interior do processo produtivo, na divisão do trabalho, no papel dos sindicatos e nas negociações coletivas. Consequentemente, isso leva a um realinhamento da relação capital/trabalho, aparentemente favorável ao primeiro. Essas mudanças golpeiam o trabalho organizado que, na defensiva, sofre mutações e perde parte de seu poder político, de representação e de conflitualidade.

Para Harvey, o trabalho passou por uma radical reestruturação diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro. A atual tendência dos mercados de trabalho, segundo o autor, é reduzir o número de trabalhadores “centrais” e empregar e demitir sem custos e com grande facilidade. Essas mudanças na forma de contratação causam mudanças no perfil dos assalariados. Ocorre o aumento de sua heterogenização e complexificação, criando dificuldades para o movi-

mento sindical vigente. Isto além de implicar em relativo aumento do número de desempregados, numa rápida destruição e reconstrução de habilidades e na perda da identidade de classe.

Os principais efeitos causados pela automação e pelas novas formas de organização do trabalho são, a grosso modo, os seguintes:

1- Diminuição das áreas de compensação e absorção de mão-de-obra, destruindo-se definitivamente postos de trabalho e até profissões. A população trabalhadora vai sendo composta por um segmento de empregados mais ou menos estáveis e uma grande massa excluída do processo produtivo, principalmente, entre os jovens e os mais velhos, aqueles que não se adaptam às exigências do novo sistema.

2- Expressivo crescimento do subproletariado temporário, precário e vinculado à economia informal. Estes têm como características comuns a precariedade do emprego, da remuneração e a desregulamentação das condições de trabalho. Nessa parcela, um contingente expressivo é composto de mulheres. Segundo Antunes, 20% das mulheres no Japão, em 1980, trabalhavam em tempo parcial, em condições precárias. Na França, entre 81/86, 88% do volume de emprego gerado em tempo parcial foi preenchido pela força de trabalho feminino. Com o intuito de maximizar o lucro, o capital, hoje, emprega um número maior de trabalhadores instáveis e flexibiliza o grosso da mão-de-obra com trabalho temporário e terceirizado. Combina, assim, a exploração da mais-valia absoluta e da relativa.

3- Aumento do controle do trabalho pelo capital, através da desqualificação profissional, com a simplificação dos trabalhos complexos. Ao mesmo tempo em que se visualiza uma tendência à qualificação de uma minoria, desenvolve-se também intensamente um nítido processo de desqualificação da maioria dos trabalhadores. Isto acaba configurando um processo contraditório, que superqualifica em alguns ramos produtivos e desqualifica em outros.

4- Surgimento da polivalência, com o trabalhador operando simultaneamente de três a cinco máquinas. Além disso, a micro-eletrônica permite o registro do trabalho que esta sendo realizado e o aumento de sua intensidade – um operário mais transparente, mais facilmente vigiado via computadores. Conseqüentemente, diminui a autonomia dos operários no interior das fábricas. Mesmo as tarefas de supervisão, que antes eram facilmente identificadas na figura do supervisor, passam a ser desempenhadas pelos próprios trabalhadores. O resultado é o acirramento da divisão no seio da própria classe.

5- As novas técnicas de gerenciamento resultam na constituição da chamada “fábrica mínima”, ao espírito da empresa. Torna-se comum a política de individualização de salários, promoções, benefícios, as tentativas de resolução de todas as demandas dentro da própria empresa, de maneira individualizada, sem interferência dos sindicatos.

6- Surgimento de novas doenças ocupacionais. De um lado, as mudanças no processo de produção liberam o assalariado do trabalho insalubre, perigoso e mesmo do desgaste físico. Por outro, provocam novas doenças ocupacionais, como stress, esgotamento psicológico e Lesões por Esforço Repetitivo (LER). No Japão surge, por exemplo, o karoshi, termo que se refere à morte súbita no trabalho provocada pelo ritmo e intensidade alucinante da produção.

O novo perfil da classe operária e os perigos impostos ao capitalismo

A revolução informacional obriga o capitalismo a brincar incessantemente com fogo ao revolucionar as suas próprias formas na tentativa de salvar o essencial – ou seja, seu sistema de exploração (Lojkin, página 45). As máquinas auto-reguladas, ao mesmo tempo que alienam ainda mais o trabalhador, exigem maior grau de escolaridade e capacidade de operar com símbolos e codificações.

A integração das atividades relacionadas ao projeto e planejamento com a produção incorpora os técnicos e engenheiros na criação do valor e amplia os conceitos de “trabalho coletivo” e “classe operária”.

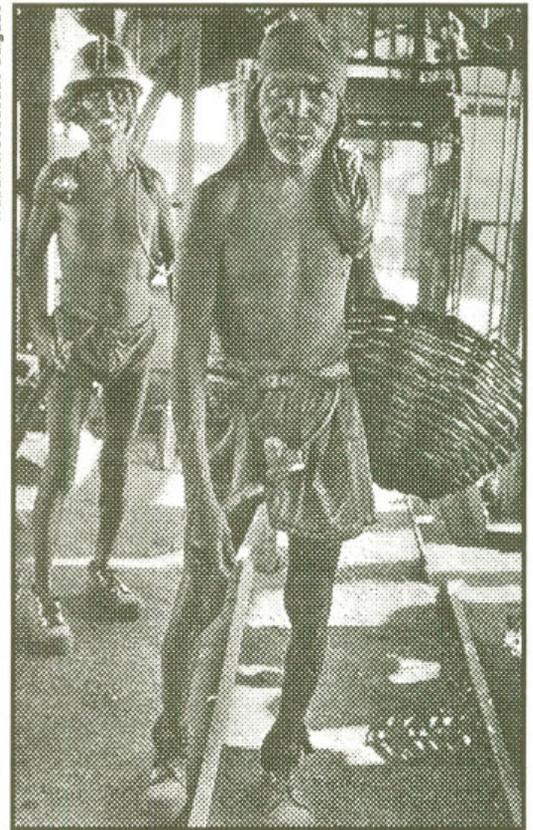
Marx, na sua obra *O Capital*, já havia apresentado uma visão mais abrangente de classe operária. Ele dizia que para pertencer à classe “basta ser um órgão do trabalhador coletivo ou desempenhar nele uma função qualquer. A determinação primária do trabalho produtivo, derivada da natureza mesma da produção material, permanece sempre verdadeira em relação ao trabalhador coletivo considerado como uma única pessoa”. Neste nível, pode-se ousar dizer que um engenheiro ou técnico na fábrica automatizada é tão produtivo quanto um operador de máquina de comando numérico. Ambos cooperam juntos na produção.

Mandel, que não acredita no fim da classe operária e sim na sua ampliação, resgata algumas definições importantes para compreendermos melhor a amplitude do conceito escrito por Marx. Segundo ele, “os proletários são todos aqueles que têm por obrigação de sobrevivência a venda de sua força de trabalho (definição de Lênin), excluindo-se aqueles cuja função única é a gestonária e as dos altos funcionários que possuem rendimentos elevados e que possam viver dos juros”. O proletariado não se reduz somente aos trabalhadores fabris. Incluem-se nesta categoria todos os assalariados improdutivos e todos os desempregados que não se transformam em pequenos empresários.

Enfim, pode-se estar forjando uma nova classe operária, com maior capacidade intelectual e com potencialidade para compreender o processo de exploração. Segundo Lojkine, “o que está prestes a desaparecer não é a classe operária, mas a secular divisão entre os trabalhadores manuais (os colarinhos azuis) e os colarinhos brancos: engenheiros e politécnicos dirigindo juntamente com técnicos especializados instalações automatizadas, operários programando num microprocessador um ciclo de produção – eis a nova

* Mestrando em engenharia de produção pela Universidade Federal de São Carlos (SP)

Trabalho/Sebastião Salgado



classe operária deste fim de século”. As modificações que ocorrem no perfil e composição da classe não apontam para sua dissolução, mas sim para o aprofundamento de sua centralidade.

BIBLIOGRAFIA

- Antunes, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. Ed. Cortez/Unicamp, São Paulo, 1995.
- Borges, Altamiro. **Reflexos da automação na consciência operária**, em revista *Princípios*.
- Buonicore, Augusto. **A crise do sindicalismo no primeiro mundo**, em revista *Debate Sindical*, São Paulo, n.º 10, 1992.
- Gounet, T. **O toyotismo e as novas técnicas de exploração na empresa capitalista**, em revista *Debate Sindical*, São Paulo, 1996.
- Harvey, David. **A condição pós-moderna**. Ed. Oficina de Livros, Belo Horizonte, 1990.
- Lojkine, Jean. **A revolução informacional**. Ed. Cortez, São Paulo, 1995.
- Marx, Karl. **O Capital**. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1974, livro 2, volume 3.
- Neder, Ricardo Toledo. **Automação e o movimento sindical no Brasil**. Ed. Hucitec, São Paulo, 1988.

A educação nos tempos da chamada "Qualidade Total"

Emilio Gennari *

Diante da elevação do desemprego e das dificuldades dos setores produtivos melhorarem seu desempenho no âmbito da competição internacional, o sistema educacional tem sido apontado como o grande responsável pelo agravamento destes e de outros problemas sociais. O país vai mal, dizem, porque a escola está defasada em relação as novas exigências da produção e não consegue formar profissionais capazes de atender às mudanças implantadas nos processos de trabalho.

Sem uma investigação profunda dos fatos e de suas causas, o senso comum coloca o sistema escolar no banco dos réus e o condena por não possibilitar a integração de todos os indivíduos na sociedade, deixando assim de contribuir para o seu ordenamento e equilíbrio permanentes. Diante deste veredicto, alguém em sã consciência poderia se opor à idéia de termos um ensino de qualidade? Se, como diz o senso comum, a eliminação das desigualdades e da falta de oportunidades depende de uma boa educação, porque alguém deveria rejeitar as mudanças que estão sendo propostas no ensino de primeiro e segundo grau?

Se é verdade que a resposta a estas perguntas é um aparente consenso por parte de todos os setores sociais, outros questionamentos ganham espaço na nossa cabeça. De que educação estamos falando? O que se entende por qualidade total no ensino de primeiro e segundo grau? Quais as metas que ela pretende alcançar? As mudanças nos pro-

cessos de trabalho estão mesmo empurrando o Estado a elevar o nível de conhecimento e de estudo entre a população trabalhadora?

Para responder a estes questionamentos é necessário que nossos primeiros passos na análise dos laços que unem o mundo da produção e da formação escolar sejam dirigidos a um levantamento concreto da extensão e do tipo de reestruturação dos processos produtivos que está ocorrendo no país.

Inovações tendem a criar um pequeno grupo qualificado e uma grande massa excluída

Precisamos reconhecer que, no Brasil, o processo de robotização das linhas de montagem é algo extremamente incipiente e atinge somente pequenas ilhas de produção dos setores de ponta da economia. O que se conhece como reestruturação dos processos pro-

ditivos freqüentemente não passa de uma reorganização do trabalho que, ao alterar e recompor a divisão das tarefas, busca elevar a produtividade e reduzir os chamados "tempos mortos" da produção [1].

Por isso, quando ouvimos os empresários brasileiros falarem em inovação, devemos entender apenas a terceirização de parte da produção, a implantação do trabalho em equipes e/ou de processos participativos pelos quais o conhecimento do trabalhador coletivo (macete) é transferido ao setor de engenharia e projetos da empresa que o adotará na medida em que este pode proporcionar uma maior produtividade do trabalho. Ou seja, permitir uma elevação da produção de mercadorias com um menor número de pessoas.

O resultado dessas mudanças pode ser resumido no aumento do número de tarefas que cada trabalhador deve desempenhar (polivalência), na intensificação do ritmo de trabalho, na precarização das relações de emprego e de sobrevivência de uma massa considerável de trabalhadores e na queda do nível de emprego. Não é por acaso que, de acordo com um estudo do Dieese, enquanto a produtividade da indústria entre 1990 e 1995 conhecia um crescimento de 21,98%, no mesmo período eram fechados 691 mil postos de trabalho. Ou ainda, analisando as estimativas do IBGE sobre as características do mercado de trabalho no Brasil em 1996, perceber que de cada 100 trabalhadores apenas 43 têm carteira assinada ou são autônomos que contribuem para a previdência social, enquanto os 57 restantes pertencem à economia informal [2].

Diante desta realidade, pode-se dizer tranquilamente que as mudanças nos processos de trabalho tendem a criar um grupo extremamente pequeno de funcionários que devem adquirir novas qualificações, ao lado de uma ampla maioria desprovida de qualquer qualificação ou até mesmo excluída dos ambientes produtivos. Como o conhecimento necessário para operar e corrigir as falhas dos novos equipamentos é algo que se aplica única e exclusivamente aos sistemas implantados no interior

de cada empresa, é praticamente impossível pedir que o sistema escolar profissionalize alguém para desempenhar estas funções.

Se isso é verdade, por que as médias e grandes empresas estão exigindo o segundo grau para ter acesso a uma vaga de operador de máquina? Porque até um gari deve ter o primeiro grau completo para recolher o lixo das ruas da cidade?

De início, é necessário sublinhar que um grau de estudo mais elevado não é sinônimo de maior qualificação e, sim, de aprimoramento da capacidade de ler e escrever, além de uma aquisição de conhecimentos gerais que oferecem ao funcionário as condições básicas para intervir de maneira mais ativa no interior de sua equipe de trabalho e, após um período de treinamento, de entender e responder com segurança às mensagens que aparecem nos dispositivos que monitoram o funcionamento das máquinas. Em outras palavras, um operário de olho vivo e mão ágil, que repete com precisão, e no menor tempo possível, uma seqüência de operações desejadas pela empresa.

**A exigência de escolaridade
visa colocar o trabalhador
no banco de réus do mercado**

Paralelamente a isso, o fato de se exigir um certo grau de escolaridade até no desempenho das funções mais simples e desqualificadas faz com que a classe dominante possa transferir aos indivíduos a responsabilidade de sua exclusão dos ambientes de trabalho. Você é pobre, desempregado e sem futuro porque não se dedicou ao estudo. Ou seja, a exclusão deixa de ser percebida como resultado do funcionamento do sistema capitalista que priva setores crescentes da população do acesso aos elementos básicos da sobrevivência, explora o trabalho infantil, paga salários de fome etc. Ela passa a ser responsabilidade única do indivíduo que não tem os requisitos exigidos pelo mercado.

Dessa forma, a organização da socieda-

de, de acordo com as necessidades da acumulação, é tida como fundamentalmente boa, na medida em que, aparentemente, oferece a todos um grande número de oportunidades para crescer e prosperar. O problema estaria nas pessoas que não se esforçam ou não se preparam para enfrentar os desafios do mercado. As vítimas ocupam agora o banco dos réus.

Depois de ter lido as reflexões desenvolvidas até este momento, o leitor deve estar se perguntando qual é o sentido dos questionamentos que os empresários apresentam ao nosso sistema escolar quanto à defasagem entre as exigências da produção e o conteúdo do mesmo. Ou ainda, o que eles entendem quando defendem a necessidade de aplicar a todas as escolas de primeiro e segundo grau os processos de qualidade total desenvolvidos no interior das indústrias.

Em linhas gerais, podemos dizer que a preocupação das classes dominantes resume-se a três aspectos centrais. O primeiro deles tem uma relação direta com as formas participativas de gestão de recursos humanos e com a própria organização do trabalho em equipes no interior dos ambientes produtivos. Aos jovens das classes subalternas que o sistema escolar prepara a inserção no mundo do trabalho, além de um mínimo de noções de informática, de uma pequena bagagem de conhecimentos abstratos, do domínio da leitura e da escrita, é exigida uma certa dose de criatividade.

Na batalha para elevar constantemente a competitividade da empresa, não é suficiente que o funcionário repita indefinidamente tarefas idiotas, mas que ao praticar um conjunto delas, use de forma criativa o saber prático acumulado no trabalho. Uma criatividade, portanto, que é entendida como "uma nova associação de elementos existentes, fazendo até mesmo associações remotas e fazendo com que algo novo tenha vida" [3].

O futuro trabalhador, portanto, não precisa aprender noções que estimulem seu espírito crítico perante as relações sociais existentes dentro e fora dos ambientes produtivos. Ele deve dominar apenas elementos mínimos

de cálculo, física e geometria que há séculos são de domínio público e ter um acentuado espírito criativo que utilizará para pensar as mudanças na organização do trabalho, respeitando os limites e os objetivos pré-estabelecidos pela empresa.

Mudanças no ensino visam o empobrecimento cultural e o estímulo à competitividade

Por isso, faz-se necessário levar os professores a utilizar métodos de ensino que privilegiem a criatividade ainda que, para sua aplicação nas condições em que se encontram as escolas destinadas à formação da grande massa da produção, seja necessário deixar cair em segundo plano o aprendizado daquelas noções de filosofia, literatura, sociologia, economia etc., que, dizem os patrões, não tem muito a ver com a produção.

Sendo assim, acreditamos que, longe de assistirmos a uma melhora do sistema de ensino dirigido às classes subalternas, seja em termos de conteúdos como de práticas pedagógicas, as mudanças que serão implementadas nas escolas levarão a um empobrecimento cultural ainda maior dos jovens que se preparam para a inserção no mundo do trabalho. As aulas poderão até ficar mais divertidas e mais leves, mas os futuros trabalhadores terão uma bagagem cultural tão limitada que será mais difícil capacitá-los a construir para si mesmos uma visão crítica do mundo em que vivemos.

Se isso não bastasse, um segundo elemento implícito à aplicação dos programas de qualidade total do ensino é a legitimação da competitividade capitalista como motor da história e a preparação das condições que levam os futuros trabalhadores a se integrarem ativa ou passivamente à lógica do mercado.

Para fortalecer as condições que garantem a estabilidade de sua ordem numa situação de agravamento dos problemas sociais, o capital precisa fazer com que setores cada vez mais amplos da população interpretem a sociedade

tendo como base a visão de mundo das classes dominantes. A escola é, sem dúvida, um dos instrumentos que podem ajudar a desempenhar esta tarefa na medida em que seu funcionamento, seus programas e suas metas, ao assumirem os valores da livre iniciativa e da concorrência como elemento norteador de sua prática pedagógica, contribui para disciplinar professores e alunos nas duras regras do sistema. À luz desta ética, a situação desesperadora enfrentada quotidianamente em nossas escolas, por professores e estudantes, é interpretada apenas como resultado da má gestão e do desperdício por parte do Estado, como falta de produtividade e esforço por parte do corpo docente, como conseqüência de métodos atrasados e ineficientes de ensino e de currículos inadequados e anacrônicos.

O remédio para isso seria a utilização das noções de produtividade, eficiência e competitividade como base para reconstruir o sistema escolar. O objetivo não declarado é o de levar as pessoas a incorporarem estes valores, que constituem a base do sistema capitalista, como algo natural, como elementos diante dos quais os indivíduos devem motivar-se a trabalhar mais duro e a aceitar de bom grado os sacrifícios necessários para se adequar a esta ética que orienta as relações sociais. Esta lógica funciona a tal ponto que as visões de mundo que se contrapõem ao sistema capitalista não só tendem a desaparecer da imaginação e do pensamento das classes subalternas, como são por elas condenadas.

Estado procura neutralizar os que divergem da lógica da "qualidade" na educação

Nesta altura, o leitor deve estar pensando que nossa imaginação passou dos limites e que a fantasia tomou o lugar da análise das relações entre as mudanças nos processos de trabalho e a implantação da qualidade no âmbito do ensino. Infelizmente, não é assim.

Ao optarem por sistemas produtivos que eliminam estoques de matérias-primas e de

produtos semi-acabados entre um setor e outro da produção, os problemas que atingem uma seção acabam paralisando toda a linha de montagem em pouquíssimo tempo. Ciente desta sua vulnerabilidade, o capital tem sido forçado a aprimorar os sistemas que visam controlar o desempenho dos funcionários, as relações informais que se estabelecem no trabalhador coletivo e as próprias normas que orientam a contratação de novos funcionários.

Mas isso ainda não é suficiente para evitar que as formas de resistência dos funcionários atrapalhem o bom andamento da produção. Faz-se necessário que cada empregado fiscalize o trabalho do companheiro do posto anterior ao seu e aponte abertamente eventuais irregularidades encontradas. Para que isso aconteça, é imprescindível que cada operário esteja integrado aos objetivos da empresa, que trabalhe e lute para elevar a sua competitividade no mercado. Ou seja, os setores de ponta da indústria não se contentam com um funcionário que trabalha direito somente porque tem medo de ser demitido, mas almejam a contratação e a formação de trabalhadores que vistam a camisa da empresa e se identifiquem com ela 24 horas por dia.

É neste contexto que a construção de uma escola alicerçada na busca da produtividade, eficiência e competitividade, metas dos processos de qualidade total, é algo estratégico para a formação dos futuros trabalhadores. Acontece, porém, que uma tarefa desta envergadura não pode ser entregue a um corpo docente despreparado ou politicamente pouco confiável. Nos últimos anos, de fato, os baixos salários dos profissionais do ensino e as más condições de trabalho têm se encarregado de alimentar greves prolongadas ou, pelo menos, um profundo descontentamento em relação ao Estado.

Esta terceira grande preocupação da classe dominante tem como base a autonomia relativa que o professor(a) tem ao lecionar para seus alunos. Fechada a porta da sala de aula, é praticamente impossível controlar o conteúdo e os valores transmitidos por um profissional revoltado com a degradação de suas

condições de vida ou, pior ainda, por um militante do sindicato ou de alguma organização de esquerda. Ao Estado cabe, portanto, assumir a tarefa de arranhar esta liberdade e de tentar neutralizar posições que divergem da lógica da qualidade total.

Os primeiros passos nesta direção trilham dois caminhos complementares. De um lado, as secretarias de educação de alguns Estados (é o caso do Paraná) têm se encarregado de promover cursos de qualidade total para professores. Ao sair deles, os profissionais do ensino estão profundamente convencidos de que as falhas do sistema escolar dependem somente deles e que faz-se necessário convencer os colegas de trabalho a adotarem as orientações básicas da qualidade total como o método mais eficiente para uma melhoria substancial do mesmo.

De outro, a introdução do ensino à distância tem se encarregado de dirigir parte da formação de professores e alunos, ocupando o espaço da sala de aula antes exclusivamente reservado aos próprios professores. Recebido com alívio pelo corpo docente em função das extensas jornadas de trabalho a que está submetido, o ensino através de antenas parabólicas ou fitas de vídeo vai ganhando terreno e garantindo à classe dominante que sua mensagem chegará com fidelidade absoluta aos ouvidos dos futuros trabalhadores.

Se é verdade que a educação escolar de primeiro e segundo grau precisa mudar em vários aspectos, é também verdade que enquanto esta mudança for dirigida e controlada pelas necessidades do capital, o resultado será apenas o fortalecimento das condições que garantem o aprofundamento da exploração das classes trabalhadoras.



Saulo Pompermayer

NOTAS

- [1]- Por "tempos mortos" entende-se os períodos nos quais as máquinas não executam operações produtivas. É o caso, por exemplo, da troca de ferramentas, da regulagem dos equipamentos, do trabalho de manutenção preventiva e corretiva.
- [2]- Dados publicados no **Jornal da Cidadania** de 1 a 15 de setembro de 1996, n.º 45.
- [3]- Em Guillon e Mirshawka. **Reeducação - qualidade, produtividade e criatividade: caminho para a escola excelente do século XXI**, p. 51.

BIBLIOGRAFIA

- Diesse. **Globalização e setor automotivo**. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, 1996.
- Fidalgo, F.S. e Machado, L.R. (org.). **Controle da Qualidade Total - uma nova pedagogia do capital**. Ed. Movimento de Cultura Marxista, Belo Horizonte, 1996. 21 edição.
- Gennari, E. **Automação, terceirização e programas de Qualidade Total**. Ed. CPV, São Paulo, 1997.
- Gentili, P.(org.). **Pedagogia da exclusão - crítica ao neoliberalismo na educação**. Ed. Vozes, Petrópolis, 1996, 2ª edição.
- Guillon, A. e Mirshawka, V. **Reeducação - qualidade, produtividade e criatividade: o caminho para a escola excelente do século XXI**. Ed. Makron Books, São Paulo, 1994.
- Vários autores. **Educação e trabalho**. Cadernos da Andes, n.º 10, Brasília, 1993.

* Integrante do Núcleo de Educação Popular (NEP) 13 de Maio

O significado histórico da Revolução Socialista de 17

João Amazonas *

No dia 7 de novembro – 24/25 de outubro pelo antigo calendário – comemora-se o 80º aniversário da Revolução Socialista de 1917. Na velha São Petesburgo, depois Leningrado, os canhões do cruzador Aurora, dirigidos ao Palácio de Inverno, sede do governo, anunciavam com estrondo o início de uma nova era. O poder político monopolizado por séculos pelas forças conservadoras, pelas classes dominantes, passava às mãos do povo trabalhador. Pela primeira vez na história da humanidade, surgia um sistema social que se apoiava nas forças populares, sobretudo nos trabalhadores. A vitória da revolução espalhou-se pelo mundo todo e despertou, nos mais distantes lugares do Planeta, os explorados e os oprimidos ansiosos por liberdade e justiça social.

A revolução aconteceu num momento de profunda e aguda crise política, econômica e social do sistema capitalista, determinada pela primeira Grande Guerra Mundial, entre 1914-1918. Por toda parte, surgiram indagações naturais: por que e como foi possível realizar a revolução socialista? De que maneira se deu esse fato de significado universal? Essas indagações tinham razão de ser. Não há dúvida de que a Revolução Socialista não caiu do céu, não foi obra do acaso. Ela correspondeu às necessidades objetivas da transformação social.

Deve-se dizer, também, que a revolução russa só foi possível porque apoiou-se numa teoria revolucionária. Essa elaboração da teórica, que ocupou a metade do século XIX, teve em Marx e Engels seus grandes formu-

ladores. Nessa época, o capitalismo já existia há 200 anos e eram conhecidos os seus efeitos maléficos: desemprego, crises periódicas, situação cada vez mais difícil dos trabalhadores que produziam a riqueza e, ao mesmo tempo, mais privilegiada para os donos do capital.

Nessa oportunidade, surgiram os utopistas. Partindo da análise do caráter perverso deste sistema, que hoje muitos chamam de capitalismo selvagem, eles sonhavam com uma sociedade do futuro que liquidaria com a exploração do homem pelo homem. Mas eles não possuíam nenhuma fundamentação teórica, suas opiniões eram empíricas. Foram Marx e Engels que estudaram a estrutura do sistema capitalista, seus antagonismos sociais, suas inevitáveis crises. Eles é que chegaram a conclusão de que o capitalismo é um elo no

processo de desenvolvimento da sociedade.

Marx e Engels elaboraram uma nova teoria e fundaram a ciência social; transformaram aquilo que era empírico, um sonho, numa ciência, com base no apoio das leis objetivas que regem a sociedade humana. Examinando esse modo de produção, descobriram o segredo do lucro capitalista, demonstraram que ele provinha da chamada *mais valia*, do tempo de trabalho não pago aos trabalhadores. O trabalho transformava-se numa espécie de mercadoria: a força de trabalho era vendida e comprada numa típica operação mercantil. Com base nesta descoberta, provaram que no capitalismo é inevitável a exploração dos trabalhadores. Os capitalistas querem cada vez mais aumentar a taxa de mais valia, que significa lucros sempre maiores para eles.

Mas Marx e Engels não ficaram apenas nessa descoberta. No campo da filosofia, construíram as bases do *materialismo-dialético e histórico*, demonstrando que a história da humanidade é uma sucessão de transformações econômico-sociais. Cada modo de produção cumpre um determinado papel numa determinada época e termina sendo substituído por outra formação econômica e social. O capitalismo não fugia a regra. Depois do escravismo e do feudalismo, o capitalismo, que teve sua fase progressista, com o tempo demonstrava que não era eterno. Como os outros regimes, ele também deveria ser substituído por uma nova forma de organização de sociedade: pela *sociedade socialista* no rumo do comunismo.

A teoria de Marx e Engels foi motivo de grandes debates durante todo final do século XIX. Nessa época o capitalismo ainda passava por uma fase florescente, o que gerou grandes polêmicas em torno da nova teoria socialista. Mas logo transforma-se num capitalismo decadente, com a passagem à fase do *imperialismo*. Essa trajetória, que já havia sido registrada por outros economistas de renome, foi muito bem interpretada por Lênin, a maior figura do século XX.

Lênin estudou a essência do imperialismo e dirigiu a revolução na antiga Rússia

Estudando a evolução do capitalismo, Lênin chegou à conclusão de que o imperialismo era a ante-sala do socialismo. Representava a fase monopolista do capital financeiro e que, por suas próprias contradições, terminaria gestando uma situação em que seria possível substituir esse sistema por uma nova forma de organização da sociedade. Lênin afirmava que sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário. Por isso, a teoria elaborada no século passado jogava um grande papel. O capitalismo iniciava, no início do século XX, uma nova fase que aproximava as possibilidades da revolução – o que foi comprovado pelo grande acontecimento da Rússia de 17.

A teoria marxista ilumina o caminho, esclarece a marcha de um processo presente. Mas a teoria por si só não faz a transformação. Lênin indica que ela teria que ser feita pela organização da classe que demonstrava ser a mais revolucionária da sociedade: a classe operária. Essa classe precisava construir um partido realmente revolucionário, intérprete não somente das angústias dos trabalhadores, mas sobretudo conhecedor profundo do processo da transformação social.

Sem teoria não teria havido a Revolução Socialista de outubro, mas sem o Partido Comunista ela também não teria ocorrido. O partido é o instrumento da revolução, é a força organizadora que tem consciência do processo em desenvolvimento. Na concepção de Lênin, o partido deveria reunir não apenas o conhecimento teórico, a compreensão da teoria revolucionária, mas também a experiência da luta de classes, que, segundo Marx e Engels, é o motor do desenvolvimento da sociedade.

Para Lênin, o partido deve ser a vanguarda. Nem toda a sociedade, nem toda a classe operária, tem condições de fazer parte dele. Ele deve ser expressão da classe, aquele que reúne conhecimento teórico e experiência

da luta de classes. Só ele pode guiar a revolução pelo caminho correto. Muitos se iludem, ainda hoje e também naquela época, de que basta fazer afirmações revolucionárias, pregar a substituição do regime, falar na aliança operária-camponesa, para promover as mudanças. Mas essa pregação não é suficiente. A revolução é uma guerra social. O capitalismo é melhor organizado do que as forças novas que o querem substituir. Por isso, impõe-se saber saltar todos os obstáculos para, no momento oportuno, desencadear a revolução.

A revolução russa não foi um acontecimento automático decorrente da unicamente da pregação revolucionária. Ela passou por várias experiências e fases. Começou em 1905, num movimento democrático, sobretudo camponês, que queria modificar o sistema político da Rússia. Depois, no período da Primeira Grande Guerra, o movimento operário entrou em uma nova fase. A Rússia participou do conflito desde 1914. Em 1917, o país estava esgotado, destruído por essa guerra injusta, imperialista. Os comunistas souberam defender a necessidade de derrubar o capitalismo e de criar uma nova sociedade. Essa pregação encontrou resistência e obstáculo em outras forças, que também se diziam revolucionárias.

O fortalecimento dos soviets e a sagacidade política dos bolcheviques

Hoje alguns pensam que ao amanhecer do dia 7 de novembro, pelo calendário antigo nos dias 24-25 de outubro, ocorreu de maneira fácil uma revolução. Isso não é real. O partido teve que passar por vários zigzagues, por inúmeras dificuldades. Nesse longo processo, ele teve a capacidade de estimular uma forte organização de massas que reunia os explorados e oprimidos – os *soviets*. A Rússia inaugurou, já em 1905, essa forma de organização. Os *soviets* apareceram de maneira objetiva e adquiriram força no período da

guerra, sobretudo no seu final.

Com o fortalecimento dos *soviets*, criou-se um verdadeiro poder paralelo na Rússia. Os *soviets* eram uma organização política dos operários eleitos nas fábricas, no campo e também entre os soldados e marinheiros. Sem essa organização, o partido não teria onde se apoiar para realizar a revolução. A revolução não é obra somente dos comunistas. Ela tem que ser feita pelas grandes massas do povo, pelos que têm interesses na sua realização. Por isso, a criação dos *soviets* foi um passo decisivo para aproximar o momento da revolução.

Em fevereiro de 1917 ocorreu uma revolução democrática, na qual se constituiu um governo da burguesia, com estreitas ligações com a realeza. O Partido Comunista, meses antes da revolução de outubro, tinha lançado a palavra de ordem de “*todo poder aos soviets*”. Não era todo o poder ao partido, mas aos *soviets*, a grande organização de massas dos operários, camponeses, soldados e marinheiros. Esse slogan foi bastante divulgado e aceito por importantes setores sociais. Mas, pelo mês de julho, a burguesia mobiliza uma parte das forças armadas e tenta promover uma repressão violenta contra os comunistas, os *bolcheviques* da época.

O Partido Comunista convoca então grande manifestação de massas para protestar contra a repressão. Diante dos acontecimentos, acha prudente retirar a palavra de ordem de “*todo poder aos soviets*”. Qualquer um poderia dizer que se estaria traíndo a revolução. Mas o que se fez foi evitar a provocação, garantindo a acumulação de forças num processo revolucionário que estava crescendo. Por isso, o partido retirou provisoriamente a palavra de ordem. A manifestação foi pacífica, numa época em que o povo estava armado, porque o país estava em guerra. Com essa tática sagaz, os comunistas conseguiram contornar o ataque da reação.

Mais tarde, já em novembro, avançam as forças revolucionárias dispostas a mudar o regime. Ainda assim o partido teve a prudência para fixar palavras de ordem corretas. A

reação organiza então a “Kornilovada”, um movimento militar chefiado pelo general Kornilov, que abandonou as linhas de frente da guerra e dirigiu-se a São Petesburgo para esmagar o crescente movimento revolucionário. Sem querer, a reação burguesa dava o motivo para que os bolcheviques pregassem o “hoje ou nunca”. Diante da ameaça da contra-revolução, o Partido Comunista mobilizou as massas, inclusive os soldados e marinheiros, e os *soviets*, que já estavam sob a influência dos bolcheviques. Essas forças bateram a contra-ofensiva do Kornilov e proclamaram a vitória da revolução de 7 de novembro.

Lênin, que vivia na clandestinidade, assumiu o posto de comando na sede dos *soviets* e assim teve início o processo da Revolução Socialista na Rússia. Como se vê, não foi um processo simples e fácil. Os que pensam que basta a simples pregação revolucionária, que num belo dia a revolução cai do céu pronta e acabada, cometem um grande erro. A revolução é um processo permanente de organização dos trabalhadores, de desgaste da força do inimigo, de acumulação de forças e da espera de uma crise profunda que atinja o conjunto da nação. Só aí é que está maduro o momento da revolução socialista.

A revolução abalou o mundo, golpeou o colonialismo e fez avançar a luta operária

A revolução de 1917 abalou o mundo e teve enorme significado histórico. Todo o século XX está marcado pela luta visando a transformação radical da sociedade. Seu verdadeiro significado é que ela inicia uma nova era na história da humanidade: a era da transição do capitalismo para o comunismo. O socialismo corresponde a essa fase de transição. Esta não se dá num período curto, corresponde a um largo período de desenvolvimento da história da civilização humana. Esse processo teve seu início na revolução de

17. Daí a sua enorme importância.

Até hoje a burguesia e seus prepostos procuram negar o papel da revolução russa. Mas ela levantou os explorados e oprimidos, os povos subjugados pelo colonialismo, despertou as grandes massas. No mundo todo, fundaram-se os Partidos Comunistas que ocuparam a dianteira da grande batalha pela transformação. Eles se desenvolveram e avançaram a partir de 17 como extensão da revolução socialista. Logo depois, inicia-se na China, sob sua inspiração, a Grande Marcha, que durou 30 anos, pela libertação do domínio das potências imperialistas e do feudalismo – movimento vitorioso em 1949.

A revolução também abalou o mundo colonial. Desde a sua vitória, adquiri força cada vez maior o movimento de libertação nacional nas colônias em todo o mundo. Este cresce e, durante o período da Segunda Guerra, conquista importantes vitórias, toma formas concretas. A humanidade se viu, do ponto de vista formal, livre do sistema colonialista. Esse é um dos grandes trunfos históricos da Revolução de Outubro. Ela criou uma nova situação em favor da liberdade dos povos.

Mas não é só nisso. A revolução russa mudou a face do mundo. Um país atrasado como a Rússia, dos mais atrasados do Planeta, transformou-se em curto prazo num dos mais poderosos, na segunda potência industrial do mundo. Foi o primeiro país a lançar o homem no espaço e a utilizar a energia atômica para fins pacíficos. A revolução também fez avançar a luta mundial da classe operária. Já sob a influência dos partidos comunistas, ela conquistou e consolidou direitos, obteve melhorias parciais na vida dos trabalhadores. Em toda parte, o problema social colocou-se na ordem do dia e grandes batalhas ocorreram para tornar o proletariado uma força mais respeitada.

Por todas estas razões, o significado da Revolução de Outubro é universal, joga inestimável papel na história da humanidade. Enquanto a Revolução de Outubro se projetava nesses diferentes movimentos progressistas em toda a parte, o capitalismo

atravessava a fase de decomposição, de declínio acentuado. No século XX, o capitalismo só fez agravar os problema da humanidade. Levou o mundo a duas grandes guerras injustas, que consumiram cem milhões de vidas. Guerras travadas com o único objetivo de promover a divisão do mundo entre a burguesia.

O sistema capitalista não serve à humanidade e passa por uma crise profunda

O capitalismo tornou-se uma força decadente, uma força da reação. No século XX impôs ditaduras brutais. Não só a ditadura nazi-fascista, que usou os métodos mais bárbaros, os fornos crematórios e outras monstruosidades, um regime voltado contra a classe operária e contra tudo o que era progressista. O mundo neste século passou por diferentes tipos de ditaduras, militares e civis. Na América Latina e no Brasil, as ditaduras predominaram, fruto do regime capitalista espoliador, decadente, retrógrado.

Essa decadência, porém, não significa que o capitalismo parou de se desenvolver. Seria um contra-senso, porque o processo objetivo é de desenvolvimento permanente das forças produtivas. Mas nesse período o capitalismo passou por inúmeras crises, com taxas de crescimento cada vez mais baixas. Hoje, não passa de 2 a 2,5% no global da economia mundial. O capitalismo trouxe o desenvolvimento da tecnologia, decorrente do processo de crescimento das forças produtivas, mas esse avanço tecnológico não beneficia a humanidade. Apropriado pela burguesia, serve apenas à obtenção de grandes lucros capitalistas.

Cada inovação que se apresenta no sistema produtivo tem como resultado a exclusão de milhares e milhares de trabalhadores. Hoje existem no mundo cerca de 900 milhões de desempregados e sub-empregados. A área da miséria e da fome alcança 1 bilhão de pessoas no Planeta. O século XX demonstrou que o capitalismo é um regime em decadência, que

não pode sobreviver por toda a eternidade. As desigualdades sociais atingem níveis inimagináveis: 358 bilionários possuem fortunas equivalentes à renda da metade da população do mundo.

Diante dessa monstruosidade, alguns teóricos burgueses começam a falar em capitalismo selvagem. Fernando Henrique, o sociólogo, diz: "sou a favor do capitalismo, mas luto pelo capitalismo social". Só que esse tal capitalismo social só existe na cabeça dele. Esse sistema é antagônico às forças sociais que criam as riquezas, por isso não existe capitalismo social. Outros insistem que são contra os aspectos perversos do capitalismo. Mas fica a pergunta: quais são os aspectos não perversos do capitalismo?

O economista Lester Thurow, que faz interessante análise sobre a situação do capitalismo, diz que o sistema como está não pode continuar. Ele reconhece isto, só que defende o capitalismo sem capital financeiro. É difícil aceitar tal opinião. Não existe capitalismo social, esse sistema é perverso por sua natureza. No estágio atual, também não existe sem capital financeiro. O capital financeiro é um desenvolvimento natural do sistema capitalista, é a fusão do capital bancário com o industrial, a criação dos grupos oligopolistas que hoje dominam o mundo.

A derrota da experiência soviética é passageira e fornece inúmeras lições

Há também os que levantam outra saída. Dizem: o socialismo sofreu uma derrota, não se firmou na URSS, depois de 40 anos de existência, desapareceu. Diante disso, não seria o caso de procurar consertar o capitalismo, de melhorá-lo? Penso que essa é a maior ilusão que pode existir. O capitalismo não tem concerto! A revolução russa sofreu uma derrota passageira. Ela inaugurou uma nova era cheia de contradições, de altos e baixos, de vitórias e de derrotas. Acumulou experiências que precisam ser generalizadas. É

preciso extrair as lições, mas sem abandonar a perspectiva socialista.

A instauração aberta do capitalismo na Rússia, em 91-92, deve ser encarada como um retrocesso temporário. As idéias do socialismo continuam mais vivas do que nunca. Em toda parte, discute-se, de maneira criadora, como organizar esta nova sociedade. É um processo muito complexo, ainda com pouco acúmulo de experiência. No início da revolução, Lênin dizia que era preciso contratar técnicos estrangeiros, porque os revolucionários ainda não sabiam como dirigir a economia socialista. Não sei o resultado desta idéia, mas sei que o processo de construção da nova sociedade é muito complicado.

Hoje vivemos uma fase de grande efervescência político-social. Busca-se, em meio à monumental crise vivida no mundo, uma forma de organização social mais avançada, mais justa. Não se trata simplesmente de voltar ao socialismo, ao modelo soviético. Isso seria um grande erro. Primeiro, porque o modelo único é anticientífico, a construção da nova sociedade depende da situação histórica, cultural e social de cada país. Não pode existir um modelo para todos os países. Segundo, porque é preciso extrair os ensinamentos das experiências passadas. O edifício que ruiu foi

construído com muito sacrifício. Não se deve ficar chorando nos muros de Jerusalém. É preciso entender porquê ele ruiu, onde estão os seus defeitos, sem abandonar a idéia do socialismo, que é o futuro da humanidade.

As forças revolucionárias vivem hoje uma fase de pesquisa, análise e compreensão mais ampla dos problemas da revolução e da construção do socialismo. Esse esforço é decisivo para que não se atrase por muito tempo a transformação da sociedade. O capitalismo não desaparecerá por vontade própria. Ele buscará meios e formas, as mais bárbaras imagináveis, para manter a sua dominação. Para que ele desapareça é preciso haver a **revolução**. Para isso, é necessário aprender com a experiência histórica e compreender os fenômenos novos que se apresentam na sociedade.

Assim como a revolução russa teve suas características e particularidades, também hoje é preciso examinar as peculiaridades de cada país e estudar como se coloca essa questão no mundo. Mas é preciso dizer que esse processo ocorrerá. Muita gente acha que considerá-lo inevitável é positivismo, mas foi Lênin quem disse que a vitória do socialismo é inevitável, porque o capitalismo não é eterno. Ele terá que ceder lugar a uma nova sociedade. A



humanidade viverá esse momento. Não sei quando tempo vai durar a situação atual, mas penso que não há lugar para pessimismos ou para a volta ao dogmatismo – responsável pelo grande atraso da teoria marxista. Vejo o futuro com o otimismo revolucionário!

Lênin dizia que Marx e Engels não fizeram mais do que assentar as pedras fundamentais da ciência social que os revolucionários deveriam desenvolver para não se atrasarem na vida. Vivemos um grande momento da História. É preciso afiar nossas armas, estudar a situação do capitalismo contemporâneo, adquirir a experiência do passado e jamais abandonar a bandeira levantada pela revolução de 17. Ela iniciou a era da transição do capitalismo ao comunismo. É toda uma longa fase. Devemos sentir a alegria de buscar os meios para realizar nossos sonhos, de participar dessa luta. Os revolucionários constituem a parte pensante mais avançada da sociedade e têm uma grande responsabilidade.

* Presidente nacional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). O texto é parte da intervenção feita no seminário "Os 80 anos da revolução de 17", organizado pelo Centro de Estudos Sindicais no final de setembro. A íntegra será publicada em livro, que também incluirá as contribuições de Jacob Gorender, Carlos Nelson Coutinho, José Paulo Neto, Osvaldo Coggiola, entre outros.

O futuro será socialista, levando adiante a nova era iniciada na revolução de 17

No caso do Brasil, o PCdoB reivindica essa posição revolucionária, sem querer alijar ninguém desse caminho. O desafio é complexo. Passar os principais meios de produção para as mãos da coletividade é relativamente fácil com a vitória da revolução. Difícil será construir a nova sociedade. Ela nascerá ainda envolta na lei de valor, nas injunções do mercado, numa série de categorias ligadas à formação capitalista. A construção do socialismo dependerá do desenvolvimento da ciência social, da compreensão profunda dos processos objetivos em curso.

Note-se a complexidade da China. Alguns simplistas a acusam de trilhar a senda do capitalismo. Não quero acusar, nem defender. Mas

acho que esse país vive uma grande experiência e tem uma enorme responsabilidade no mundo. A China não é a Albânia, com 2 milhões de habitantes. Possui 1 bilhão e 200 milhões de pessoas. É um país pobre, de terras pobres, onde há muito atraso. Busca adquirir experiência e construir a nova sociedade. Podem surgir desvios nessa procura? Penso que sim. Mas a China faz esforços para evitar qualquer retrocesso. O debate sobre a transição está em aberto. É preciso estudar sempre os fenômenos novos para corrigir os desvios que possam surgir.

Voltando ao Brasil, o PCdoB publicou recentemente o seu programa socialista. Pela primeira vez na história deste país, um partido socialista apresenta propostas concretas para um poder dos trabalhadores. Esse programa traz algumas contribuições inovadoras. Defende a existência de uma fase preliminar da transição para o socialismo. Nesta primeira fase não propõe a estatização e a coletivização de tudo. A vida provou que esse não é caminho acertado. Entre outros pontos, o programa defende que se deve coletivizar apenas os meios fundamentais de produção.

Ao comemorar os 80^o aniversário da Revolução Socialista na Rússia, o fundamental é ter a certeza de que devemos estudar os fenômenos ocorridos, com base na compreensão da ciência avançada e sem copiar ou repetir formas antigas e ultrapassadas. O capitalismo agoniza, mas sua agonia não dura somente 24 horas. Ele ainda é capaz de golpear as forças revolucionárias em várias partes. O imperialismo norte-americano trata de impor a sua hegemonia. De forma arrogante, realiza guerras injustas, tenta subjugar os povos. Mas esses ataques são estrebuchos do fim desse sistema. Acredito na organização das forças revolucionárias no mundo. Acredito, meus amigos, que o mundo será socialista, levando adiante a era iniciada com a grande revolução de 17.



Moradores do Arraial de Canudos antes do massacre final

Antônio Conselheiro: um abolicionista da plebe

Clóvis Moura *

O movimento camponês de Canudos, no interior da Bahia, durante o governo de Prudente de Moraes, infelizmente ainda não foi estudado em todas as suas vertentes e com a devida profundidade social e política da época. Ele é discutido mais a partir das diversas correntes republicanas que disputavam o poder. Situa-se o movimento como se ele fosse decorrente das contradições das próprias classes dominantes e não como uma consequência das contradições entre as oligarquias latifundiárias e os interesses dos camponeses sem terra.

A autonomia da solução dessa contradição passou a ser o problema crucial quando os camponeses assumiram a hegemonia do mesmo e o subordinaram aos seus interesses, criando uma unidade comunitária no interior da Bahia, independente e não subordinada aos interesses e valores do latifúndio. A imagem

de Canudos como "perigo" surge exatamente desse conflito de interesses e da solução que os camponeses encontraram, desligando-se da estrutura latifundiária. É aí que pode-se encontrar explicação para a violenta repressão contra Canudos e o heroísmo dos seus defensores.

Por outro lado, a obra de Euclides da Cunha, *Os Sertões*, tornou-se um clássico literário e aqueles estudiosos que procuram analisar e interpretar esse acontecimento histórico na sua estrutura e na sua dinâmica quase sempre partem das suas afirmações. Uma pesquisa rigorosa e exaustiva, feita de forma sistemática, ainda não foi feita com a profundidade que merece [1]. Um dos defeitos mais visíveis é ignorar-se a importância de Antônio Vicente Mendes Maciel (o Conselheiro) como líder, agitador e organizador. Ele é sempre visto como lunático, místico, messiânico, quando não como um desequilibrado mental, um louco que teria transmitido a sua insanidade àquelas populações que o seguiam. Seu crânio, após a degola, foi enviado a Salvador para estudos médico-antropológicos por cientistas influenciados pela escola criminalista de Lombroso, para serem procurados nele os estigmas do “criminoso nato” [2].

Até hoje, por outro lado, não há uma bibliografia que o estudasse através de pesquisas modernas e de uma metodologia satisfatória. O livro de Edmundo Muniz, procurando resgatar a memória e o papel de liderança política do Conselheiro, resente-se de falhas teóricas muito acentuadas [3]. O certo é que sua figura é sempre apresentada como se ele fosse uma individualidade delirante, desligada do contexto social, econômico e político de onde surgiu e sem nenhuma ligação funcional e dinâmica com os problemas concretos e as contradições emergentes da região em que a luta eclodiu. A biografia política de Conselheiro ainda está por ser escrita.

Por estas razões, poucas vezes ele é lembrado como abolicionista e pregador para a massa escrava. Mas esse personagem, que percorreu a partir de 1874 grande parte do território cuja população escrava era considerável, não podia deixar de interessar-se pelos cativos – muitos deles egressos das senzalas para os quilombos da região ou com a revolta latente em face das contradições criadas pela sua situação de escravos.

Certidão de batismo aponta Conselheiro como pardo, revelando sua raiz étnica

Em primeiro lugar, para avaliarmos o seu nível de interesse pela Abolição, devemos ver as suas raízes étnicas, pois quase todos os que dele se ocuparam afirmam ter sido branco. No entanto, no seu batistério, ele é registrado como *parda*. Vejamos os seus termos: “Aos vinte e dois de maio de mil oitocentos e trinta batizei e pus os Santos Óleos nesta matriz de Quixeramobim ao párvulo Antônio pardo nascido aos treze de março do mesmo ano, filho natural de Maria Joaquina; foram padrinhos Gonçalo Nunes Leitão e Maria Francisca de Paula. Do que, para constar, fiz este termo em que assinei. O Vigário Gominhos Álvaro Vieira” [4].

Como se vê, pela sua certidão de batismo, Antônio Conselheiro foi considerado pardo pelo padre que o batizou. Se isto não é de grande importância para avaliar o seu abolicionismo, serve para repor a verdade sobre as suas origens étnicas. Mas o que é importante apurar em sua biografia é que pode-se constatar uma postura abolicionista nas suas pregações e no seu comportamento e, mais especialmente, se essas prédicas foram, em alguma ocasião, dirigidas aos próprios escravos.

Quem toma como fonte de informações *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, certamente nada encontrará nessa direção. Para ele, as pregações de Antônio Conselheiro tinham sempre a incoerência de um louco. Diz ele, retratando o seu comportamento: “Todas as crenças ingênuas, do fetichismo bárbaro às aberrações católicas, todas as tendências impulsivas das raças inferiores, livremente exercitadas na indisciplina da vida sertaneja, se condensaram no seu misticismo feroz e extravagante. Ele foi, simultaneamente, o elemento ativo e passivo da agitação de que surgiu. O temperamento mais impressionável apenas fê-lo absorver as crenças ambientes, a princípio numa quase passividade pela própria

receptividade mórbida do espírito torturado de reveses e elas refluíam, depois, mais fortemente sobre o próprio meio de onde haviam partido, partindo de uma consciência delirante” [5]. O seu discurso, para Euclides da Cunha, era subordinado na sua essência ao “atavismo” das raças inferiores, agravado pela sua personalidade delirante. Tudo isto, em última análise, significa esconder a verdadeira mensagem do líder atrás de véus mistificadores, apresentando o seu discurso como fruto de distúrbios patológicos e não da sua posição diante dos acontecimentos sociais.

Quem toma, por estas razões, como fonte de informações da vida de Antônio Conselheiro o texto de *Os Sertões*, especialmente sobre a sua posição em relação aos escravos e à escravidão, nada encontra. O seu racismo no particular é evidente, pois como acentua com muita razão o professor José Calasans, apoiado em livro de Pedro A. Pinto sobre o vocabulário usado no livro, as palavras “escravos” e “escravidão” não se encontram ali uma só vez [6]. É por isto que, se quisermos saber a verdade sobre a posição de Conselheiro sobre o assunto teremos de recorrer a outras fontes.

Essas outras fontes, porém, relevam um Antônio Conselheiro preocupado com a escravidão e a sorte dos cativos, dirigindo-se aos próprios escravos, os quais, posteriormente, irão engrossar as suas fileiras. Ainda o professor Calasans escreve que o jornalista Manuel Benício – correspondente do *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, junto às forças em operações contra os “jagunços” – autor de um bom livro relativo à vida dos “conselheiristas” e de seu guia e líder, percebeu e registrou a posição adotada por Conselheiro em face do problema da escravidão: “Ignorante e enraizado nos velhos hábitos da administração de então, desconfiado como são todos os sertanejos”, escreveu Manuel Benício, “de índole conservadora por natureza, achava que toda reforma na administração e toda inovação na economia política era um meio de se roubar o povo. Fora contra a introdução do sistema métrico-decimal no comér-

cio e a única reforma que encontrou sua aquiescência mais tarde, em 1888, foi a abolição dos escravos. Talvez porque grande porção de quilombos e mucambeiros acautessem a sua errante estrada”.

Os quilombos de escravos forneceram grande número de adeptos à luta de Canudos

Para José Calasans, ele “transmitiu aos escravos os ensinamentos dos evangelhos. Não estamos formulando uma hipótese (...) Baseamos nossa assertiva num depoimento contemporâneo, perdido nas folhas de uma gazeta baiana de 1897, no auge da luta fratricida. Um italiano que trabalhava na construção da estrada de ferro Salvador-Timbó, narrou nestes termos seu encontro com o peregrino: ‘Veja como este povo’, dizia-lhe o conselheiro apontando a gente que aguardava a sua pregação, ‘na sua totalidade escrava vive pobre e miserável. Veja como ela vem de quatro e mais léguas para ouvir a palavra de Deus. Sem alimentar-se, sem saber como se alimentará amanhã, ele nunca deixa de atrair pressuroso às palavras religiosas, que, indigno servo de Deus e por ele amaldiçoado, iniciei neste local para a redenção de muitos pecados’. No lugarejo mencionado, que outro não era senão Saco, entre Timbó e Vila do Conde, na então Província da Bahia, durante o dia quase não havia alma. Mais de 2.000 pessoas, porém, surgiram de noite, ansiosas para ouvirem os conselhos do Bom Jesus. ‘Ao anoitecer’, prosseguiu o empreiteiro, ‘começaram a chegar e às 8 horas a praça estava cheia, tendo mais de mil pessoas, todas escravas, e após o sermão, que em seguida um explicava ao outro, visto que somente os mais vizinhos podiam ouvi-lo, todos cantavam as seguintes estrofes: ‘louvado seja nosso Senhor Jesus Cristo’, ao que as mulheres e meninos respondiam ‘para sempre seja louvado o santo nome de Maria’, e isto até à meia noite, algumas vezes. De manhã não havia pessoa alguma no arraial”.

“A informação transcrita documenta, com segurança, as relações do Conselheiro com os escravos da zona citada que atentamente escutavam a pregação do ‘santo’ de Quixeramobim. Convém esclarecer, desde logo, que, na região de Itapicuru, onde Antônio Conselheiro passou grande parte da sua vida de pregador, havia na época aqui estudada, apreciável número de pequenos engenhos, o que explica a presença de grande quantidade de escravos. Os escravos cativos necessitavam da palavra de conforto e ajuda do bondoso peregrino, que, conforme escreveu o informante acima citado, distribuía apreciáveis quantias para as famílias pobres, naturalmente obtidas nas casas dos mais ricos, daqueles senhores de engenhos e negociantes mais generosos”[7].

Convém notar que na zona de Itapicuru existiu um quilombo que durante muito tempo deu trabalho às autoridades e do qual certamente Conselheiro ouvira falar, assim como na região de Tucano, um dos locais que forneceu-lhe grande número de adeptos. Por outro lado, a sua área de pregação era também a região do quilombos. Foram registrados ajuntamentos de negros fugidos em Cairu, Rio das Contas, Geremoabo, Jacobina, Rio de São Francisco e em outros pontos da Serra Negra. A estas populações, certamente Conselheiro teve contato direto ou indireto ao que tudo indica [8].

José Calasans, cujo esclarecedor trabalho acompanhamos, escreve ainda que “outros elementos poderão ser apresentados no mesmo sentido, isto é, comprobatório do papel desempenhado pelo Conselheiro junto à população escrava no Nordeste baiano, que ele mais de perto conheceu e assistiu. Num interessante artigo publicado no *Jornal de Notícias*, da Bahia, de edição de 5 de março de 1897, o doutor Cicero Dantas, barão de Geremoabo, proprietário no município de Itapicuru e prestigioso chefe político, contou que com a abolição da escravatura aumentara o número de acompanhantes do Bom Jesus Conselheiro. ‘O povo em massa’, declarou o barão Geremoabo, ‘abandonava suas casas e

seus afazeres para acompanhá-lo. Com a abolição do elemento servil ainda mais se fizeram sentir os efeitos da propaganda pela falta de braços livres para o trabalho. A população vivia como que em delírio ou êxtase e tudo quanto não fosse útil ao alucinado de Deus facilmente não prestava. (...) Assim foi escasseando o trabalho agrícola e é atualmente com dificuldade que uma ou outra propriedade funciona, embora sem precisa regularidade”.

O mesmo autor, refutando as razões do barão de Geremoabo, afirma que talvez esse chefe conservador tivesse confundido a causa com o efeito, pois não teria sido “Antônio Vicente quem afastou das propriedades agrícolas os negros libertados pela lei de 1888. O Santo Conselheiro outra coisa não teria feito senão recebê-los e, possivelmente, ampará-los, quando eles próprios, sequiosos de desfrutarem a liberdade alcançada, fugiram dos antigos locais do seu cativeiro. (...) Não foram poucos os ex-escravos recebidos na comunidade conselheirista. Antonio de Cerqueira Galo, morador em Tucano, localidade baiana donde saíram inúmeros seguidores do conselheiro, numa carta enviada ao barão de Geremoabo, dando notícias dos habitantes de Canudos, destacou que o contingente de ex-escravos formava a maioria. ‘Lá os vultosos vultos que estão disinvolvendo (sic) a revolta’, escreveu o missivista, ‘é o mesmo conselheiro com os seus sequazes d’entre estes soldados e desertores de diversos e o povo 13 de maio, que é a maior gente” [9].

O depoimento altamente esclarecedor de José Calasans, descobrindo novas fontes de informações sobre o pensamento e a ação de Antônio Conselheiro em relação ao sistema escravista e às suas contradições estruturais, é plenamente corroborado pelas próprias palavras do líder de Canudos no manuscrito que sobreviveu à chacina (sabe-se que ele escreveu ou ditou outros os quais certamente foram destruídos ou perdidos), intitulado *Prédicas aos camudenses e um discurso sobre a República*. A obra foi encontrada em uma velha caixa, no Santuário, por José Pondé, médico baiano que se encontrava na expedição

que destruiu a comunidade. Afrânio Peixoto recebeu-o de quem o encontrou e fez doação do mesmo a Euclides da Cunha, cuja reação sobre o seu texto ninguém sabe. O certo é que o subestimou, pois refere-se a outros manuscritos encontrados entre os escombros, mais silêncio sobre este. Talvez não teve tempo de analisá-lo após recebê-lo [10].

Dizia Antônio Vicente Mendes Maciel nesse manuscrito, referindo-se à Abolição e ao trabalho escravo: “É preciso, porém, que não se deixe no silêncio a origem do ódio que tendes à família imperial, porque sua alteza a Senhora Dona Isabel libertou a escravidão, que não fez mais do que cumprir a ordem do Céu: porque era chegada o tempo marcado por Deus para libertar esse povo de semelhante estado, o mais degradante a que podia ser reduzido o ser humano; a força moral (que tanto a orna) com que ela procedeu à satisfação da vontade divina, constitui a confiança que bem tem Deus para libertar esse povo, (mas) não era suficiente para soar o brado da indignação que arrancou o ódio da maior parte daqueles a quem o povo estava restrito. Mas os homens não penetram a inspiração divina que moveu o coração da digna e virtuosa princesa para dar semelhante passo: não obstante ela dispor do seu poder, todavia era de supor que meditaria, antes de por em execução, acerca da perseguição que havia de sofrer, tanto assim que na noite que tinha de assinar o decreto da liberdade, um ministro lhe disse: Sua Alteza assina o decreto da liberdade, olhe a República como ameaça; ao que ela não ligou a mínima importância assinando o decreto com aquela disposição que tanto a caracteriza. A sua disposição, porém, é prova que atesta do modo mais significativo que era a vontade de Deus que libertasse esse povo. Os homens ficaram assombrados com o belo acontecimento, porque já sentiam o braço que sustentava o seu tesouro, correspondendo com ingratidão e irresponsabilidade ao trabalho que desse povo recebiam. Quantos morreram debaixo dos açoites por algumas faltas que cometeram: alguns quase nus, oprimidos de fome e de pesado trabalho. E

que direi eu daqueles que não levavam com paciência tanta crueldade e no furor de excesso da sua infeliz estrela se matavam? Chegou, enfim, o dia que Deus tinha de pôr termo a tanta crueldade, movido de compaixão a favor do seu povo, e ordenar para que se liberte de tanta penosa escravidão” [11].

Conselheiro prega o fim da escravidão e abre espaço ao negro na sua comunidade

Pelo exposto – o pensamento de Antônio Conselheiro através do texto por ele redigido –, podemos concluir que ele não era aquela personagem bronco ou louco, o que costuma se afirmar nos ensaios tradicionais sobre a guerra de Canudos. Era um agente da dinâmica social no período que vai da escravidão ao abolicionismo e, posteriormente, de 13 de maio até a luta e destruição do arraial de Belo Monte. Na primeira fase, reunia escravos e com eles falava através de um código ligado à simbologia religiosa para denunciar a situação e sugerir a necessidade de se libertarem, com isto atraindo, numa região de pequena densidade demográfica na época, cerca de 2.000 escravos para ouvirem as suas prédicas, segundo testemunho da época.

Em 1897, escreve num dos seus muitos manuscritos. Nele expressa a sua aprovação da Lei que pôs fim à escravidão e procura explicar, a seu modo, porque a princesa Isabel estava apoiada nas forças divinas (Direito divino) ao assinar a lei de 13 de maio, defendendo a necessidade de se acabar com a escravidão, que para ele era uma situação que chegava aos limites da degradação humana, levando, por isto, muitos escravos ao suicídio.

Finalmente, quando os ex-escravos fugiam das terras que simbolizavam a escravidão, Conselheiro abre-lhes um espaço físico, social e humano – um espaço livre – no qual eles se reintegram participando ativamente como agentes históricos e sociais da comunidade de Canudos até o seu final. Fizeram parte do seu componente militar, religioso e político. Luta-

ram juntamente com o líder que os reintegrou na sua condição de homens livres. E antes (quando ainda eram escravos) acenava-lhes com a possibilidade da liberdade, com eles reunindo-se e esclarecendo a possibilidade de mudança social capaz de libertá-los, palavras que eram transmitidas de boca em boca.

Queremos crer, por tudo isto, que Antônio Conselheiro foi um abolicionista plebeu, atuando na área rural do Nordeste, onde os líderes do abolicionismo tradicional e, por isto mesmo, conciliador, nunca atuaram, com uma mensagem dirigida diretamente às populações oprimidas e às massas escravas descontentes. Muitos dos seus membros possivelmente saíam dos quilombos existentes na região – e eram muitos – para ouvi-lo e se refugiarem depois no arraial de Belo Monte.

NOTAS

1- Esta insuficiência foi suprida com o livro de Marco Antônio Villa, **Canudos, o povo da terra**. Editora Ática, São Paulo, 1995.

2- Quem fez o exame craniométrico de Antônio Conselheiro foram os médicos Nina Rodrigues e Sã de Oliveira, tendo escrito o primeiro que "o crânio de Antônio Conselheiro não apresentava nenhuma anomalia que anunciasse traços de degenerescência: é um crânio de mestiço, onde se associam caracteres antropológicos de raças diferentes". Apesar desta conclusão, Nina Rodrigues não teve dúvidas de escrever que "em Canudos representa de elemento passivo o jagunço que corrigindo a loucura mística de Antônio Conselheiro e dando-lhe uma mistura de questões políticas e sociais, de momento, criou, tornou plausível e deu objeto ao conteúdo do delírio, tomando-o de fazer vibrar a nota étnica dos instintos guerreiros, atávicos, mal extintos ou apenas sofreados no meio social híbrido dos nossos sertões de que a loucura como os contagionados são fiéis e legítimas criações. Ali se chocavam de fato, admiravelmente realizadas, todas as condições para uma constituição epidêmica da loucura". (Rodrigues, Nina. **As coletividades anormais**. São Paulo. Editora Civilização Brasileira,

* Escritor, historiador e sociólogo

1939, p.42).

3- Munis, Edmundo. **Canudos: a guerra social**. Rio de Janeiro. Elo Editora e distribuidora Ltda, segunda edição, 1987. Passim.

4- Transcrito de Macedo, Nertan. **Antônio Conselheiro: A morte em vida do beato de Canudos**. Rio de Janeiro. Record, 1969, p. 42.

5- Cunha, Euclides da. **Os sertões**. Rio de Janeiro. Editora Francisco Alves (12ª edição corrigida), 1933, p. 150.

6- Pinto, Pedro A. **Os sertões de Euclides da Cunha: vocabulário e notas lexicográficas**. Rio de Janeiro. Editora Francisco Alves, 1930. *Passim*. Para se ter uma posição crítico-revisionista do pensamento de Euclides da Cunha em relação à escravidão, ao negro e ao abolicionismo ver: Moura, Clóvis. **Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha**. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 1964, p. 67/94.

7- Calasans, José. **Antônio Conselheiro e a escravidão**. *Sfed., sd., passim*.

8- Calasans, José. Op.Cit. Sobre a importância dos quilombos no sertão, o historiador baiano Borges de Barros assim se expressa: "Na Bahia muitos foram os pontos em que eles se localizaram: Cairú, Rio de Contas, Geremoabo, Rio de São Francisco, Ilhéus, Camamú, Barra do Rio das Contas, Tucano e em vários outros pontos, como Serra Negra. Era uma praga espalhada por todos os cantos e sem remédio. Eram como que irmãos e bem coligados todos em se tratando de defender o sertão de sorte que lá não pudessem penetrar nem mais aventureiros, nem descobridores". (Barros, Borges de. **Bandeiras e sertanistas baianos**. Salvador. Editora Imprensa Oficial do Estado, 1919, p.216).

9- Calasans, José. Op.Cit.

10- Euclides da Cunha refere-se a outros manuscritos encontrados nos escombros, escrevendo ao dar as fontes das transcrições de algumas "profecias" de Antônio Coselheiro: "Os dizeres dessas profecias estavam escritos em grande número de pequenos cadernos encontrados em Canudos. Os que aí vão, foram lá mesmo copiados de um deles pertencente ao secretário do comandante em chefe da campanha" (Cunha, Euclides da. **Os Sertões**. P. 171 (nota de rodapé).

11- Conselheiro, Antônio. Prédicas aos canudenses e um discurso sobre a República. Belo Monte, província da Bahia, 12 de janeiro de 1897, apud Nogueira, Ataliba. **Antônio Conselheiro e Canudos**. São Paulo. Cia. Editora Nacional, 1974, p.47 sgts.

Os operários de São Paulo no início deste século

Paula Beiguelman *

Na edição anterior da *Debate Sindical*, a historiadora Paula Beiguelman abordou os fatos marcantes da heróica greve geral de junho/julho de 1917, numa homenagem aos 80 anos deste movimento que paralisou São Paulo por vários dias. Agora, numa série de dois artigos, ela trata dos antecedentes dessa paralisação – que confirmam a trajetória combativa do jovem proletariado brasileiro e a reacionária postura das elites dominantes.

Em fins de 1889, escrevia um articulista na imprensa de São Paulo: “Isto de paredes vai se tornando, pelos modos, um verdadeiro contágio a que estão sujeitas as classes proletárias. A coisa veio-nos da Europa e, como as modas, pegou logo, propagou-se com presteza”. Em nova nota publicada alguns dias depois, o mesmo comentarista procurava, de certa forma, explicar o surto grevista: “Os gêneros de primeira necessidade, carne, feijão e todos os alimentícios, têm subido tanto de preço, que as classes operárias e pobres estão quase privadas deles”.

O problema da carestia, que se aguça progressivamente, será vinculado pelos analistas dos anos subseqüentes a dois fatores principais: o emissionismo monetário do início da República; e o brusco aumento da procura de gêneros alimentícios, em decorrência da

sucessiva introdução de uma massa de novos consumidores, promovida pela lavoura imigrante. Com efeito, houve um surto de especulação financeira e também um pulular de empresas, inclusive industriais.

Dada a simultânea crise institucional referente à implantação do novo regime político, o governo provisório não perde de vista o novel operariado constituído nessas empresas, de maneira a evitar o aliciamento popular urbano para uma eventual agitação trabalhista. Assim, é promulgado um esboço de legislação protetora do trabalho, visando sobretudo os menores, consubstanciado no decreto 1.313, de 17 de janeiro de 1891. Não obstante, logo se evidenciasse que suas disposições estavam destinadas a se tornarem letra morta (e isso apesar de admitir o trabalho de crianças a partir dos oito anos), o decreto

passou a constituir, perante a opinião, uma referência quanto aos compromissos assumidos, mas não cumpridos, pelo regime diante dos operários.

Por outro lado, o Código Penal recém-promulgado pelo decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890, sendo ministro da Justiça Campos Salles, consignava no capítulo VII (Dos crimes contra a liberdade de trabalho), severos dispositivos visando coibir as manifestações grevistas, no tocante ao aliciamento e, principalmente, aos piquetes. Ante os veementes protestos dos meios operários, o Ministro da Justiça promulga o decreto 1.162, de 12 de dezembro de 1890, em que altera a redação do Código Penal de modo a configurar apenas os “casos de constrangimento ou violência e perturbação da ordem pública”. Contudo, dado o freqüente recurso aos piquetes, a nova redação praticamente ratificava o sentido repressivo do dispositivo legal, no qual se alicerçaria uma dura e, não poucas vezes, arbitrária intervenção policial. Apesar disso, o Código Penal complementado pelo decreto 1.162, de 1890, não impediu uma quase ininterrupta manifestação de greves – como veremos a seguir através de alguns flashes.

Greve das operárias têxteis em 1901, no Brás, mostra o “valor altíssimo da união”

Na manhã do dia 16 de fevereiro de 1901, entravam em greve cerca de 600 operárias da fábrica de tecidos Sant’Anna, situada no Brás, de propriedade de Antônio Alvares Penteado. As operárias protestavam contra uma alteração que a fábrica introduzira nas tabelas de remuneração, implicando em efetivo rebaixamento do salário mediano; rebelavam-se também contra o sistema de multas e os maus-tratos a que eram sujeitas.

Como a greve não arrefecia, o diretor do jornal socialista *Avanti*, Alcides Bertolotti, é procurado pelo patronato para interceder. Designado oficialmente pelos operários para

proceder às negociações, leva-as a bom termo. A vitória é comunicada aos grevistas em ampla reunião da qual participam, como oradores, o próprio Bertolotti e Alceste de Ambrys. Num destaque intitulado “A nossa vitória”, o *Avanti* saúda as centenas de mulheres que “na suprema reivindicação dos mais elementares direitos encontraram energia para triunfar contra a prepotência do capitalismo esfaimador”. O articulista sublinha ainda que o episódio se revelara instrutivo também por demonstrar a todos os trabalhadores “o valor altíssimo da união, que transforma um aglomerado anônimo de máquinas de trabalho numa coletividade pensante, consciente e respeitada, concretizando em fatos a verdade expressa nos versos do nosso Hino dos Trabalhadores”.

Durante a luta, as grevistas haviam recebido manifestações de solidariedade dos trabalhadores em madeira e também dos operários em artes gráficas e anexas. Findo o movimento, os operários de malharia e afins, em reunião, colocam na ordem do dia uma saudação às “tecelãs vitoriosas”.

Havia também que instruir os trabalhadores no concernente à solidariedade operária, para evitar que os desempregados se prestassem a substituir grevistas. O problema se coloca em agosto de 1901, por ocasião de uma greve de marceneiros no Rio de Janeiro, quando são solicitados substitutos em São Paulo. *O Amigo do Povo*, de tendência anarquista e dirigido por Neno Vasco, publicava o apelo pedagógico: “Marceneiros! Não traiçoeis os vossos companheiros do Rio que estão em greve! Não acrediteis nas mentirosas promessas dos patrões! Ficai em São Paulo”.

Em junho de 1905, deflagra-se em Santos uma grande agitação grevista que, iniciada pelos estivadores do porto, logo se estende a todas as categorias de trabalhadores, inclusive carroceiros, operários de pedreiras, engraxates, barbeiros e até padeiros, solidários com o movimento. Os dirigentes da Associação Comercial se mobilizam e, após intensa intervenção policial, o trabalho gradativamente se

restabelece. Mas a repressão continua acirrada. Em denúncia feita ao Juiz de Direito, o promotor público acusa a Sociedade Internacional União dos Operários, com sede em Santos, de abusar da “poderosa influência que exerce entre os operários” (sic) para provocar a perturbação da ordem pública e propõe a aplicação das penas consignadas no Código Penal.

Em março de 1906, *La Battaglia*, periódico fundado em 1903 por Oreste Ristori, traça um esboço da repressão vigente: “Nos conflitos pacíficos entre capital e trabalho, os grevistas são presos nos seus domicílios, as ligas operárias invadidas pelos esbirros e, como aconteceu ultimamente em Santos, na greve dos estivadores, representantes das ligas são presos como malfeitores. A polícia é soberana suprema do país, faz e desfaz à vontade, desprezando a liberdade que a Constituição sanciona”. O redator se refere ainda a deportações sem processo, bem como ao degredo de operários para o Acre, “vendidos como escravos”. Além disso, “o habeas-corpus, esta sábia medida, garantia da liberdade individual”, estaria sendo transformado, na maior parte dos casos, em “farsa indecente, pois os delegados, prevendo que um juiz ordenará a libertação de qualquer preso, tiram-no de um distrito policial para prendê-lo noutra e o jogo dura até burlar-se a magistratura”.

Governo e patrões reprimem com violência a paralisação dos ferroviários paulistas

Nas primeiras horas do dia 15 de maio de 1906, a Companhia Paulista tem seus trens paralisados em decorrência da greve dos cerca de 3.500 operários. Um conferente da estação de Jundiaí, empregado havia muitos anos, fora transferido para Ribeirão Bonito e solicitara a intervenção da Liga Operária a fim de obter a revogação do ato. Esse foi o estopim que detonou a luta já latente entre os operários e a ferrovia, que levava a cabo drástica redução

de pessoal e salários. O comércio de Jundiaí se solidarizava com o movimento operário, cerrando as portas em atenção a um boletim dos grevistas. Em Rio Claro, os operários, reunidos na Liga, protestavam contra a convocação ao trabalho sob pena de demissão; em Campinas, os grevistas distribuía boletim advertindo que, se a Paulista admitisse novos operários, a greve se estenderia a outras estradas.

Por sua vez, o doutor Antônio Prado, presidente da Paulista, depois de entrar em entendimento com o presidente do Estado, anunciava que graças às “providências enérgicas da direção superior da estrada e ao auxílio da polícia”, o tráfego seria “muito em breve regularizado a despeito do prosseguimento da greve”. A paralisação da estrada é quebrada de maneira insólita: a administração organiza um trem guiado pelo pessoal superior da Companhia. Esse evento, porém, não altera o quadro geral. Ao contrário, a Mogiana entrava em greve de solidariedade. E, em Santos, circulavam boletins recomendando “prontidão ao primeiro grito de greve” em solidariedade aos ferroviários da Paulista.

O presidente do Estado já telegrafava ao próprio presidente da República. A agitação se alastrava em Campinas e São Paulo. Em Jundiaí, anunciava-se que os ferroviários despedidos seriam despejados judicialmente das moradias que ocupavam, pertencentes à Paulista. Quanto à administração da Companhia, desinteressava-se de um acordo com os grevistas, preferindo o “eficaz apoio da Força Pública”.

O advogado da Paulista, Manuel Pedro Villaboim, defendendo a intransigência da empresa, alegava não discordar do direito de greve. Apenas solicitava para a ferrovia o direito de procurar “entre os trabalhadores em desacordo com os grevistas e entre o pessoal estranho quem desempenhasse as funções abandonadas”. E acrescentava: “Uma classe que tem assim a seu favor tão poderoso e eficaz meio de ação (a greve) não se pode dizer fraca e julgar-se ainda com o direito ao apoio ou

neutralidade do poder público para atacar as pessoas ou as propriedades dos patrões no intuito de lhes constranger a liberdade de ação”. E invocava ameaçadoramente os artigos 118, 119, 121 e 149 do Código Penal.

Da parte dos grevistas, o advogado Affonso Celso Garcia apresentara ao Tribunal de Justiça pedido de habeas-corpus em favor de diversos operários da Paulista ameaçados de prisão. Nesse documento, mencionava que grande número de chefes de família já havia sido demitido da companhia, encontrando-se ainda ameaçados de demissão muitos outros. A Federação Operária conclamava o operariado paulistano a manifestar sua solidariedade.

Por sua vez, o chefe de polícia, em boletim de 28 de maio de 1906, anunciava o encerramento da greve nas companhias Paulista e Mogiana e advertia quanto às tentativas de agitação na capital, ameaçando com o emprego de todas as medidas, “mesmo as mais severas, tendentes ao restabelecimento da ordem”. Quase em seguida, um comício grevista era sangrentamente dissolvido em Jundiaí. A greve estava terminada. Vitoriosa, a empresa declarava “receber a todos” de volta ao trabalho, “com consideração e sem ressentimento, excluídos apenas aqueles que procederam de maneira agressiva, assaltando as linhas num entusiasmo de cego rancor mal contido”.

Inúmeras categorias aderem à greve de 1907 pela redução da jornada de trabalho

Em fins de março de 1907, os operários das fábricas de veículos da capital, reunidos na liga da categoria, declaram-se em greve, lançando um manifesto no qual solicitam a jornada de oito horas. Em maio, o movimento já se alastrara por vários outros setores. Quando atinge o têxtil, encontra uma oposição inarredável. Os patrões fixavam o horário de 11 horas como concessão máxima, embora na verdade já se dispusessem a acordos na base

de dez horas, jornada a essa altura praticamente aceita pelos operários. No conjunto, porém, delineava-se um movimento vitorioso.

Num artigo de maio, intitulado “A avalanche proletária”, *La Battaglia* comentava essa greve ampla de pedreiros, marmoristas, pintores, mecânicos, tecelões e tecelãs, gráficos, chapeleiros, operários de malharia etc., que alcançava Campinas, Ribeirão Preto, Santos, Bauru e outras cidades. O articulista informa que os pedreiros obtiveram em São Paulo a jornada de oito horas; no mesmo caso estavam os pintores e marmoristas e parcialmente os carpinteiros, chapeleiros e pedreiros. Mas o resultado principal da greve transcenderia a questão específica da jornada: “Desse movimento, para nós, uma coisa boa nasceu – a solidariedade operária – e nós nos rejubilamos”.

Contudo, o mês termina com o movimento grevista refluindo e o trabalho sendo retomado. Mesmo assim, a repressão continuava a agir. Os membros da Federação Operária procuram o Secretário da Justiça e da Segurança para pedir de volta os arquivos e papéis da entidade, sob a guarda da polícia, mas não são atendidos. As fábricas continuavam a ser policiadas. Além disso, prosseguiram as prisões de grevistas, simultaneamente à tramitação do pedido de habeas-corpus para dirigentes da federação. Os grevistas presos acabam condenados à prisão celular. Afora a perseguição policial, eram praticadas outras represálias. *La Battaglia* denunciava que uns 30 tecelões mais conscientes haviam sido “lançados à rua” em São Roque.

O patronato também se eximia de cumprir as promessas feitas. Empresas que haviam entrado em acordo com os operários tornavam a aumentar o número de horas de trabalho, alegando uma situação de desvantagem em vista do sistema vigente em estabelecimentos congêneres. No setor têxtil, as pequenas concessões feitas durante a greve no concernente às condições de trabalho passaram a ser suprimidas depois que os operários retornaram ao trabalho.

Em fins de novembro de 1907, eclodia

uma greve das costureiras. *La Battaglia* comentava: "Devido à exploração escandalosa exercida sobre as costureiras de sacos e vestidos de carregação, centenas de pobres mártires entraram em greve". A disposição das grevistas leva o jornalista a aventar a hipótese da "proclamação da greve geral em toda a classe das trabalhadoras de agulha, à qual forçosamente o elemento masculino das lojas terá que dar adesão". Indo mais além, o articulista cogita de "uma agitação geral feminina", a partir da premissa de que a melhoria numa só categoria redundava sempre em prejuízo material para as demais categorias operárias.

Como sempre, a repressão se fazia presente. *La Battaglia*, num tópico intitulado "Infâmias da polícia", denunciava as violências praticadas por esse organismo (então chefiado por Washington Luís), que havia inclusive atingido o jornal socialista *Avanti*. "A polícia, cometendo abusos contra as costureiras e violando o direito de reunião e de greve, fez o seu dever". Depois de longas negociações, chega-se a um acordo - logo descumprido após a volta das operárias ao trabalho. *La Battaglia* opinava em dezembro: "se o proletariado inteiro não se fizer justiça, é vão esperar que com uma greve pacífica os patrões renunciem ao privilégio de esfaimadores e opressores, mesmo que se trate de mulheres indefesas".

Elites tratam os grevistas como "desordeiros" e cortam antigos direitos sociais

No mês de setembro de 1908, irrompe nas Docas de Santos uma greve pela jornada de oito horas e por aumento de salário. *La Battaglia* comentava: "O trabalho é árduo. O sol de Santos é terrível, não é como em Londres. Havre nem Gênova". Um contingente de praças de cavalaria e infantaria passava a policiar os armazéns, ao mesmo tempo em que eram efetuadas prisões de grevistas e apre-

endido um boletim distribuído pela Sociedade Internacional dos Operários. Mesmo assim, a greve se alastrava, com a adesão dos carroceiros, ensacadores de café e o pessoal que nos armazéns carregava o café para as carroças.

A repressão era severa e, dado o alto contingente de estrangeiros entre os operários (e os grevistas), a companhia, em seu comunicado, fazia alusão àqueles que atravessavam o Atlântico "para continuarem aqui a deplorável profissão de instigadores de greves". A intransigência da Docas e principalmente a violência da repressão havia criado na opinião pública e mesmo em boa parte da imprensa um clima de simpatia para com os grevistas, o que inquietava os setores mais ortodoxos, que criticavam o que chamavam de "tiradas revolucionárias". *La Battaglia* transcrevia matéria publicada na imprensa pelo advogado Martim Francisco, denunciando as violências policiais.

Na capital, promovem-se greves de solidariedade sob a liderança da Federação Operária. A Associação Comercial pressionava a companhia para resolver a situação prejudicial aos exportadores. E deliberava nomear uma comissão para entender-se com o ministro da Viação a fim de chegar a um acordo entre os grevistas e a Docas, que concederia algum aumento, "um pouco que fosse". O diretor desta, porém, fazia saber que o pagamento não ultrapassaria os 500 réis por hora; ou seja, para conseguir os 5 mil réis diários reivindicados seria necessário trabalhar 10 horas e não oito, como pretendiam os operários. Esse desfecho motivou o rompimento das negociações.

Também o presidente do Estado, a pedido da Associação Comercial, solicita a intervenção do governo federal. Com um despacho do ministro da Viação favorável à companhia, a questão era encerrada. O ciclo de efervescência e repressão se perfazia. A greve terminava alguns dias depois (início de outubro) não conseguindo os operários, acuados pela intransigência patronal encampada pelo governo, mais do que lhes fora



proposto anteriormente.

Em setembro de 1909, deflagra-se uma greve na vidraria Santa Marina. Os operários reivindicavam aumento de salário para os menores. Tendo o gerente chamado a polícia, a greve se alastra por toda a fábrica. Os operários nomeiam então uma comissão encarregada de representá-los e a incumbem de exigir, como premissa para a volta ao trabalho, também a demissão do gerente. A diretoria da fábrica concorda com o aumento dos salários desde que os operários retornassem previamente ao serviço, mas se recusa terminantemente a demitir o gerente. Além disso, ameaça com o *lock-out* caso o trabalho não fosse reiniciado. Com efeito, o forno não era apagado, sendo os operários que nele trabalhavam não apenas dispensados como também intimados a desocuparem no prazo de oito dias as habitações em que residiam, pertencentes à fábrica.

A intransigência dos industriais é mal recebida pela opinião, informada criticamente pela imprensa menos comprometida: chocava especialmente a notícia de que se pretendia

fechar o armazém e a escola dos operários. Através da imprensa mais conservadora, o patronato retruca, argumentando que nada tinha em comum com o armazém nem com a escola. O armazém era de propriedade de pessoa estranha à fábrica; apenas a diretoria, no intuito de auxiliar os operários, fornecia-lhes vales para que se provessem ali de víveres. Com referência à escola, somente se facilitava aos operários o respectivo prédio e iluminação.

Partindo para o ataque, a fábrica fazia saber que a greve já terminara, com a demissão dos operários. Os 500 ou 600 “desordeiros” que permaneciam no local usando da concessão de oito dias que lhes fora feita para se mudarem, não podiam a rigor ser considerados paredistas. “Trata-se realmente de desordeiros, se não anarquistas, que se divertem a fazer passatas com bandeiras vermelhas, a disparar tiros, a intimidar as pessoas ordeiras das vizinhanças”.

O patronato culpava os operários, enquanto exercia sua coação sobre eles com os recursos a seu dispor.

* Professora de sociologia política da USP, autora de diversos livros, integrante da diretoria do Sindicato dos Escritores de São Paulo e da Frente em Defesa da Soberania e Integridade do Brasil

Che: um revolucionário íntegro e consciente

José Ramon Balaguer Cabrera *

Hoje, nesta cidade de Porto Alegre, o Fórum de São Paulo rende uma merecida homenagem ao comandante Ernesto Che Guevara, revolucionário íntegro e consciente, que ingressou na história como símbolo de rebeldia e consagração aos mais puros interesses da humanidade.

Por uma coincidência histórica, no trigésimo aniversário da morte em combate do Che, seus restos foram finalmente localizados e já se encontram em Cuba, pedaço da terra latino-americana e caribenha, indivisível e solidária, pela qual consagrou sua extraordinária vida.

Hoje, trinta anos depois de sua desapareição física, a imagem do Che continua destruindo mitos e reafirmando vontades. Vivemos numa época em que os poderosos pretendem fragilizar os princípios da soberania nacional, independência e autodeterminação. Vivemos numa época em que avança a fragmentação, a dispersão, a descrença e o individualismo. Vivemos numa época de erosão dos valores éticos e humanistas. Vivemos numa época em que se pretende apresentar como obsoletas ou irrealizáveis as idéias da revolução e do socialismo.

Por que a imagem do Che permanece imaculada e ergue-se invicta, por sobre todas as calúnias de seus detratores? Precisamente porque simboliza os valores, os princípios, a dedicação e a entrega que a humanidade reclama para encarar os graves problemas com que se inicia o Terceiro Milênio e avançar pelo caminho do desenvolvimento sustentável e equitativo para todos os povos e seres humanos. Caberia perguntar se o que está em vigência é apenas a imagem do Che ou também suas idéias. Estamos convencidos de que,



trinta anos depois de sua desapareção física, os fatos confirmam a força de seu pensamento. Che se caracterizou por seu profundo sentimento anti-imperialista. Hoje, mais do que nunca, o imperialismo revela sua natureza. Sua doutrina imperante, o neoliberalismo, exibe com uma crueza pouco usual as contradições insolúveis do capitalismo, sistema que se apresenta como todo-poderoso e triunfante, mas que atravessa uma profunda crise estrutural e pretende sacrificar a espécie humana para preservar a opulência das elites parasitárias. Hoje se agiganta a brecha entre ricos e pobres, quer sejam nações ou seres humanos. Cada dia torna-se mais evidente que a única coisa que o imperialismo pode oferecer são receitas neoliberais que ampliam a exploração dos trabalhadores, aumentam o desemprego e aprofundam a polarização social.

Che viveu e morreu convencido de que a humanidade necessitava transitar para um sistema social superior ao capitalismo, como único caminho para evitar sua destruição e avançar para o desenvolvimento equiparado e sustentável. A margem das considerações sobre as causas e as origens da crise da União Soviética e outras experiências de inspiração socialista na Europa, estes processos provocaram o descrédito e o refluxo das idéias do socialismo. Todavia, o fracasso de tais experiências não nega as contradições insolúveis do sistema capitalista e a necessidade de superá-lo.

Che era, antes de tudo, um revolucionário humanista e ético. Os valores do ser humano e os interesses sociais foram sempre a referência fundamental de sua concepção sobre a revolução e o socialismo, valores que defendeu até suas últimas conseqüências, ao preço de sua própria vida. É por isso que a derrocada das experiências de socialismo que não foram capazes de respeitar os valores humanos e os interesses sociais mais elevados – criticadas de forma oportuna e certa por Che –, não é, de maneira alguma, a derrocada do paradigma socialista defendido por ele, mas a confirmação de que o seu é o único e verdadeiro socialismo real.

Aqueles que caricaturam o pensamento de Che pretendem contrapor suas idéias ao aproveitamento das possibilidades que oferecem as lutas políticas institucionais na região. Che, pelo contrário, afirmava que se deveriam utilizar e esgotar todas as possibilidades da luta política institucional. Ele nunca deixou de reiterar que a violência revolucionária só tinha sentido e possibilidade quando tivessem se encerrado todos os resquícios para a atividade legal das forças populares; mas, da mesma maneira, também advertia sobre a importância de não se criarem ilusões e de que as forças populares estivessem unidas e preparadas para enfrentar a violência da reação. Essas idéias mantêm hoje plena vigência.

O neoliberalismo não é uma variante do “capitalismo selvagem”, frente ao qual se pode construir uma alternativa de “capitalismo com rosto humano”. A luta genuína e conseqüente contra o neoliberalismo conduz a desafiar o sistema capitalista, o que torna inevitável enfrentar a violência reacionária do grande capital. É por isso que somente um projeto firmemente baseado no poder do povo tem capacidade de executar este programa e enfrentar com êxito a reação do sistema.

Para Che, o patamar supremo de um revolucionário era ser internacionalista. Em um mundo que amplia a níveis sem precedentes a concentração do poder econômico, político e militar, a necessidade de construir um internacionalismo dos oprimidos e excluídos torna-se um elemento-chave das lutas pela libertação.

É da maior importância destacar neste Fórum de partidos e movimentos políticos da esquerda latino-americana e caribenha, que os valores éticos, políticos e ideológicos de Che constituem uma permanente fonte de inspiração e de fé na vitória de nossos povos.

Che, tanto argentino como cubano, e tanto argentino e cubano como cidadão de todos os países da América Latina e do chamado Terceiro Mundo, é e continuará sendo um símbolo e um paradigma dos oprimidos e dos excluídos da humanidade.

* Médico, chefiou a delegação do Partido Comunista de Cuba no VII Encontro do Fórum de São Paulo, realizado em agosto em Porto Alegre (RS). O texto é parte do discurso apresentado no encontro em homenagem aos 30 anos da morte de Che Guevara

Diagnóstico e desafios



Dilemas da atualidade.
Diversos autores.
Editado pelo
Centro de Estudos
Sindicais (CES),
São Paulo, 1997

Apesar do recente aumento dos sintomas de resistência, a luta dos trabalhadores em escala mundial ainda encontra-se num quadro de defensiva estratégica. O patronato golpeia conquistas trabalhistas históricas; governos promovem graves retrocessos na legislação e reduzem os investimentos nas áreas sociais; o massivo desemprego destrói as forças produtivas; a barbárie capitalista alastra-se pelo planeta, excluindo bilhões de seres humanos do mercado de trabalho e de consumo.

Diante desta fase destrutiva e regressiva do capitalismo, os trabalhadores e seus instrumentos tradicionais de luta esbarram em dificuldades para se contrapor à atual onda burguesa. O movimento sindical, por exemplo, padece da queda das taxas de sindicalização e da redução de sua representatividade. Quais as causas desta correlação de forças tão desfavorável? Como reverter este quadro adverso e passar à ofensiva na luta contra a exploração capitalista?

A resposta a estas e outras perguntas candentes exige grande capacidade de análise de todos aqueles comprometidos com os

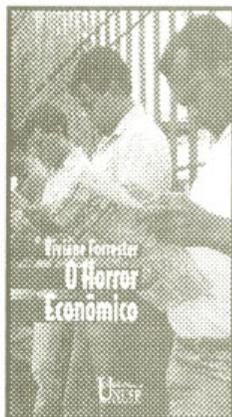
anseios dos trabalhadores. Sem decifrar estes enigmas, será difícil superar a atual fase de defensiva. Daí a importância da realização do seminário “*Dilemas da atualidade*” e da publicação deste livro. Num esforço de reflexão amplo e plural, procurou-se estudar as transformações em curso no mundo e seus reflexos na luta dos explorados.

Os textos publicados apresentam alguns consensos no diagnóstico dos problemas. A chamada “globalização da economia” serviria aos interesses da oligarquia financeira mundial, destruindo a soberania dos países e anulando as conquistas dos trabalhadores. Já o neoliberalismo seria o “remédio”, com forte dosagem ideológica, apresentado pela burguesia para superar a crise do seu modo de produção. Quanto à reestruturação produtiva, sob o domínio do capital não traria qualquer melhora para a humanidade, servindo apenas à lógica da acumulação.

As diferenças de opiniões ficam mais explícitas no debate sobre os desafios da luta dos trabalhadores. Alguns são céticos; outros ainda acreditam em vias negociadas de abordagem dos problemas. Mas ninguém defende a passividade e a adaptação! Para os que atuam na frente sindical, o maior desafio é construir um sindicalismo cada vez mais politizado e de classe, que ajude na elaboração de uma plataforma alternativa ao neoliberalismo e, acumulando forças, aponte a perspectiva do socialismo, da superação da barbárie capitalista.

(**Altamiro Borges**, integrante da coordenação nacional do Centro de Estudos Sindicais – CES)

O novo holocausto



O horror econômico.
Viviane Forrester,
Ed. Unesp,
São Paulo, 1997,
tradução Álvaro
Lorencini

Depois da exploração do homem pelo homem em nome do capital, o neoliberalismo e seu braço operacional, que é a globalização, criaram, mantêm e ampliam, em nome da sacralidade do mercado, a exclusão de grande parte do gênero humano. O próximo passo será a eliminação? Caminhamos para um holocausto universal, quando a economia modernizada terá repugnância em custear a sobrevivência de quatro quintos da população mundial? Depois de explorados e excluídos, bilhões de seres humanos, considerados superfluos, devem ser exterminados?

O raciocínio é bem mais do que uma hipótese. É um desdobramento lógico do horror econômico fabricado no laboratório dos economistas neste final de século. Horror – este sim – globalizado pelos governos que buscam resultados contábeis e condenam a ação social como jurássica.

A massa de excluídos em todo o mundo constituirá um formidável dinossauro que a economia modernizada eliminará como inviável no Estado neoliberal. Não se trata de um apocalipse, mas de um novo eixo da história. Só os melhores, os economicamente arianos, deverão sobreviver. Os não-arianos formarão o gueto – e como a manutenção de um gueto é um paradoxo econômico (para quê produzir para quem não pode produzir?), a solução a médio ou a longo prazo será o extermínio em massa. Menos custo e mais benefício para os balanços de governos e empresas.

Viviane Forrester, romancista e ensaísta, autora de um belo livro sobre Van Gogh (um excluído que nunca vendeu um quadro) e outro sobre Virginia Woolf, analisa com lucidez e lógica a decomposição dos valores humanísticos e sociais que se tornaram a besta-negra dos guarda-livros que se investiram na função de Sumos Sacerdotes, somente eles capazes de penetrar no Santos dos Santos do templo globalizado.

Ela prefere Rimbaud e Pascal aos economistas do neoliberalismo. **O horror econômico** denuncia o jargão e as siglas que estão fabricando o abominável mundo novo em gestação. Seu livro é um momento da consciência humana.

(Carlos Heitor Cony, jornalista e escritor)

Neoliberalismo e trabalho



Neoliberalismo e reestruturação produtiva.
Francisco J.S. Teixeira
e Manfredo Araújo de
Oliveira (orgs.),
Ed. Cortez e UECE,
São Paulo, 1996

O sociólogo americano Michael Harrington (1928-1989) dizia: “Quando existe avanço tecnológico sem avanço social, surge, quase automaticamente, um aumento da miséria humana”. Na história, vários economistas de visão liberal afirmaram que a substituição do trabalhador pela máquina não geraria problemas sociais porque a elevação da produtividade aumenta a renda nacional.

O famoso economista David Ricardo escreveu em 1819 que a quantidade de emprego numa economia não teria tanta importância, “desde que rendas e lucros (...) não ficassem diminuídos”.

Sismonde de Sismondi, um suíço que na época criticava Ricardo, questiona: “É mesmo? A riqueza é tudo, os homens não são nada? Na verdade, então, não resta mais nada a desejar senão que o rei, permanecendo sozinho na ilha e girando constantemente uma manivela, possa produzir, através da automação, todos os bens da Inglaterra”.

No lugar dos reis, hoje os conglomerados transnacionais giram as manivelas da automação e criam uma situação nova e polêmica. Vivemos uma reestruturação capitalista ou o fim do capitalismo? Qual é o papel do exército industrial de reserva? E como deve se comportar o sindicalismo? O que é mesmo o neoliberalismo? Esses temas estão no livro **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva**, publicado pela editora Cortez, um trabalho que traz cinco ensaios esclarecedores.

Francisco José Soares Teixeira, professor de economia política da Universidade Estadual do Ceará, escreve o primeiro ensaio polemizando com “as idéias centrais daqueles que defendem a tese da morte do capitalismo e o nascimento de uma nova civilização: a sociedade das organizações, que deixou para trás os princípios e as regras que davam sustentação à forma capitalista de organização da produção e da distribuição da riqueza social”.

No segundo ensaio, José Meneleu Neto, professor da mesma universidade, analisa “as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva”. Tomando a Inglaterra como caso “clássico” para a análise, o ensaio diz que “sem reestruturar o perfil do capital total em seu processo de valorização e sem remover o poder dos sindicatos (...), não teria sido possível recuperar a lucratividade das empresas”. Mas o centro da análise é “a necessidade de repensar a categoria de EIR (Exército Industrial de Reserva)”. Nesse

assunto, polêmica é a palavra chave.

Giovanni Alves, doutorando em ciências sociais da Unicamp e professor da Unesp de Marília (SP), trata da “nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho”. Segundo ele, “por trás do defensivismo de novo tipo oculta-se a incapacidade estratégica do sindicalismo brasileiro em adotar posturas de confronto diante da nova ofensiva do capital que se caracteriza pelo debilitamento do coletivo do trabalho organizado, principalmente através do desemprego e da terceirização, num cenário de ajuste neoliberal e inovações organizacionais e tecnológicas nas grandes empresas”.

A nova problemática do trabalho e a ética são tratadas por Manfredo Araújo de Oliveira, professor de filosofia da Universidade Federal do Ceará. Ele trava um debate cerrado com vários autores e conclui afirmando que “a atual revolução tecnológica abre espaço para a efetivação da primazia do ético sobre o sistêmico”. Encerrando o livro, Francisco J.S. Teixeira aborda o neoliberalismo com maestria. Traça um perfil da sua concepção e seu desenvolvimento “como uma reação teórica e política ao modelo de desenvolvimento centrado na intervenção do Estado”.

Apesar da linguagem acadêmica, que às vezes dificulta a compreensão dos conceitos emitidos, o livro é um ótimo instrumento para quem deseja estudar esses temas. As mudanças econômicas e políticas pelas quais o mundo está passando exigem qualificação para polemizar e combater as teses neoliberais. A visão de que o aumento da produtividade impulsiona a produção, os empregos e a renda nacional encontra limites na própria realidade. Com o projeto neoliberal, cuja a essência é a concentração da renda, a piora das condições de sobrevivência para a esmagadora maioria da humanidade é escandalosa. Desemprego e degradação social são fenômenos simbióticos. O assunto é profundo. Por isso mesmo, o livro é de grande validade nesses confusos dias que correm.

(Oswaldo Bertolino, diretor de imprensa do Sindicato dos Metroviários de São Paulo)

Adeus ao Proletariado?

Quais são as causas da crise do movimento operário no último quartel do século XX? Comentei criticamente algumas respostas a essa questão num pequeno artigo escrito para **Debate Sindical** número 23. Fiz, então, uma referência crítica ao livro de Ricardo Antunes, *Adeus ao Trabalho?* Afirmei que o autor procedia de modo incorreto ao apresentar a "fragmentação, heterogeneização e a complexificação" da classe operária como causa da chamada "crise do mundo do trabalho" - essa expressão metafórica e vaga com a qual pretende-se indicar, indistintamente, a crise do movimento sindical e socialista.

Essa tese, como o próprio Antunes indica, ele a retira do sociólogo francês Alain Bihr. Para este último, o "operário-massa" teria sido substituído pelo "operário fragmentado" ou "estilhaçado", levando ao declínio do movimento sindical. Minhas críticas a esse tipo de análise, que é muito distinta da tradição teórica herdada da III Internacional, são de ordem teórica e factual.

Pois bem, no número seguinte da **Debate Sindical**, Antunes publicou um artigo no qual abandonou parcialmente a tese do seu livro, embora não tenha explicitado isso ao leitor. A "fragmentação, heterogeneização e complexificação" da classe operária foi apresentada no artigo apenas como um dos fatores, o fator de "importância central", da "crise do mundo do trabalho". Esse deslocamento pode ocultar os graves problemas que, ao meu ver, existem no livro. Como este foi muito discutido pelos ativistas do movimento sindical e como a sua mudança de posição é apenas parcial, considero proveitoso apresentar com mais detalhes minhas críticas ao seu livro.

O livro de Antunes tem méritos. O maior deles foi enfrentar um problema crítico para o marxismo - o refluxo do movimento operário - numa conjuntura em que os adversários do socialismo utilizam-no como arma na luta ideológica. Foi graças a esse mérito indiscutível que o livro foi acolhido com grande interesse pelos intelectuais críticos e pelo movimento sindical. Porém, o enfoque e o resultado de sua análise

são, ao meu ver, incorretos.

Ricardo Antunes permaneceu no mesmo terreno de alguns autores que critica. Como André Gorz, ele pretende explicar a crise do movimento operário se circunscrevendo ao âmbito restrito da situação de trabalho e de mercado da classe operária. O erro aqui consiste em ignorar que o movimento operário insere-se num campo mais amplo e complexo de contradições entre classes sociais, frações de classe, entre Estados e Nações e entre forças sociais de diferentes tipos. Esse campo de contradições, para cuja configuração contribuem fatores econômicos, políticos e sociais, apresenta algumas configurações típicas ao longo da história do capitalismo e são fundamentalmente essas configurações que explicam a situação do movimento operário.

Antunes analisa a classe operária no livro *Adeus ao Trabalho?* na sua estrutura ocupacional e destaca a classe do conjunto particular de contradições no qual ela está inserida. Ao fazê-lo ocorre, ademais, num erro factual importante. A classe operária sempre foi fragmentada e heterogênea no plano sócio-econômico. Não se pode, portanto, atribuir a crise atual a um fenômeno que sempre existiu. Ele sugere no seu livro, e o faz apenas de passagem, que, hoje, a fragmentação é "mais intensa". Mas ele próprio não parece acreditar que tal mudança seja apenas quantitativa. Tanto é assim que faz dela o centro de sua explicação e, ademais, a considera um motivo suficiente para abandonar o conceito de classe operária.

Tanto que cunhou a expressão "classe-que-vive-do-trabalho" para designar a nova classe social que teria surgido da fragmentação. A expressão é equivocada. Todas as classes vivem do trabalho - umas do próprio trabalho; outras do trabalho de terceiros. Entre as classes que vivem do próprio trabalho, as diferenças são importantes - camponato, classe operária, pequena burguesia urbana. Não vemos, então, nenhuma vantagem nesse novo conceito. Vemos aqui outro ponto em comum entre a análise de Antunes e a de André Gorz. Ambos consideram superado o conceito de classe

operária e o substituem por noções que, cada um a seu modo, partem de equívocos teóricos e factuais.

Espero ter dado ao leitor uma idéia das minhas discordâncias com o livro de Ricardo Antunes. Tentei esboçar um outro tipo de análise no artigo "O economicismo oculta a revolução", publicado na revista *Crítica Marxista* número 2. O prosseguimento e a ampliação desse debate poderão contribuir para esclarecermos essa importante questão.

Armando Boito Jr., professor do Departamento de Ciência Política da Unicamp/SP e membro da editoria da revista Crítica Marxista

Imensa alegria

Confesso que foi com imensa alegria que encontrei publicado no número 25 da **Debate Sindical** um artigo de Vicente Salles. Isto porque considero-o um dos maiores historiadores do Brasil, embora a sua modéstia faça-o ficar isolado do circuito dos nomes badalados pela crítica oficiosa. Salles é autor do mais importante livro sobre o negro no Norte do Brasil - *O Negro no Pará*, obra de um erudito, de um pesquisador escrupuloso e competente e, acima de tudo, de um historiador interessado na transformação do Brasil em direção a uma sociedade mais justa e humana.

Vicente Salles alia a qualidade rara na nossa época de se situar entre aqueles intelectuais que não baixaram a bandeira deslumbrados pelos holofotes do neoliberalismo triunfante, mas, pelo contrário, colocam o seu saber e a sua erudição a serviço da verdade histórica, do conhecimento sem compromissos com os donos do saber e do Poder. É, portanto, um nome que honra as páginas da **Debate Sindical** e uma prova de que a intelectualidade autêntica está ao lado de todos aqueles que desejam um Brasil menos perverso e mais justo de acordo com as tradições da nossa história.

Clóvis Moura - historiador, São Paulo

**atenção
sindicalista**

Um atendimento especial para o seu sindicato

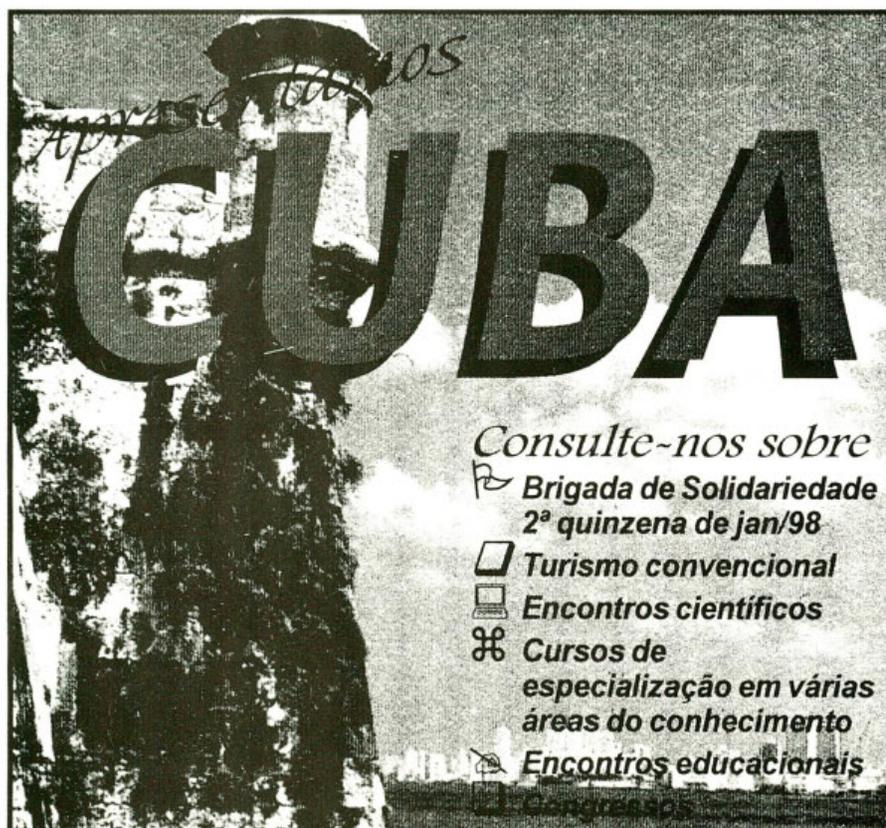
Se seus problemas sempre ocorrem na última hora, você não é o único, não é o primeiro e nem será o último - mas necessita ir tomando providências para solucioná-los.

Quando precisar viajar, lembre-se que ter uma agência de viagens trabalhando para você poderá lhe poupar uma série de transtornos e lhe proporcionará muito mais eficiência na ocupação do seu curto tempo.

Oferecemos atendimento personalizado e ágil

- passagens e pacotes aéreos, marítimos e terrestres - nacionais e internacionais
- reservas de hotéis, carros e cargas
- atendimento a grupos
- intercâmbio nacional e internacional para o movimento sindical

**Promoção para
pagamento à vista**
Descontos que podem chegar à 10% ou + !!!



Consulte-nos sobre

- Brigada de Solidariedade 2ª quinzena de jan/98
- Turismo convencional
- Encontros científicos
- Cursos de especialização em várias áreas do conhecimento
- Encontros educacionais

Visite a Ilha dos trabalhadores no poder, um país culturalmente muito semelhante ao Brasil, as mais belas praias do Caribe e um dos movimentos sindicais mais organizados no mundo.

CRIAÇÃO
Turismo

Rua Dr. Vila Nova, 67 / 32 - Vila Buarque
São Paulo - SP - CEP 01222-020
Fone: (011) 221.9531 - Fax: 222.5396

PROMOÇÃO ESPECIAL



Faça hoje mesmo a sua assinatura da revista *Debate Sindical* e adquira, com um desconto especial, o livro "Dilemas da Atualidade". O valor da assinatura é de R\$ 28,00 e o do livro é de R\$ 15,00 - mas você paga nesta promoção apenas R\$ 35,00. Além de receber em casa a única revista brasileira especializada no estudo do sindicalismo, você ainda ganha um livro que aborda os temas mais candentes da atualidade - globalização, neoliberalismo, reestruturação produtiva, crise do Estado, questão agrária e desafios do movimento sindical. Não perca esta oportunidade. Ela é válida apenas até o final do ano!

Nome:		
Endereço:		
Bairro:	Cidade:	Estado:
Telefone(s): ()	CEP:	Data da assinatura: / /
Sindicato a que pertence:		

Preencha os dados em letra de forma e envie o cupom, acompanhado de cheque nominal e cruzado, para o Centro de Estudos Sindicais (CES).

Rua Monsenhor Passalácqua, nº 158, Bela Vista, São Paulo - SP,
CEP 01323-010, Fone/Fax: (011) 289-1496